

PLANO DE RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO DO ESPÍRITO SANTO



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Educação

GOVERNADOR DO ESTADO
RENATO CASAGRANDE

VICE-GOVERNADORA DO ESTADO
JAQUELINE MORAES

SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
VITOR DE ANGELO

SUBSECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL
ANDRÉA GUZZO

SUBSECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO
ISAURA NOBRE

SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
JOSIVALDO BARRETO

SUBSECRETÁRIO DE SUPORTE À EDUCAÇÃO
AURÉLIO MENEGUELLI

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. ASPECTOS PEDAGÓGICOS

- 1.1 CAMINHOS PERCORRIDOS E APRENDIZADOS
- 1.2 PROCEDIMENTOS PARA O RETORNO DAS ATIVIDADES LETIVAS
- 1.3 ESTUDANTES DO GRUPO DE RISCO E EM REGIME HOSPITALAR
- 1.4 PROGRAMA TODOS NA ESCOLA: MONITORAMENTO DO ABSENTEÍSMO
- 1.5 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS
- 1.6 AVALIAÇÃO
 - 1.6.1 AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA
 - 1.6.2 AVALIAÇÕES TRIMESTRAIS/BIMESTRAIS
- 1.7 INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA
- 1.8 PLANO DE AÇÃO DAS ESCOLAS: MONITORAMENTO DOS RESULTADOS DE APRENDIZAGEM E EQUIDADE
- 1.9 ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS PARA AS ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO
 - 1.9.1 ENSINO FUNDAMENTAL
 - 1.9.2 ENSINO MÉDIO
 - 1.9.3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
 - 1.9.4 EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL
 - 1.9.5 EDUCAÇÃO PROFISSIONA
 - 1.9.6 EDUCAÇÃO DO CAMPO, INDÍGENA E QUILOMBOLA
 - 1.9.7 EDUCAÇÃO ESPECIAL

2. ASPECTOS PSICOSSOCIAIS

- 2.1 ACOLHIMENTO DE PROFESSORES
- 2.2 ACOLHIMENTO DE ALUNOS
- 2.3 PLANO DE CONVIVÊNCIA
 - 2.3.1 ACOLHIMENTO AOS PROFISSIONAIS E ALUNOS SOB IMPACTO EMOCIONAL
 - 2.3.2 ESCUTA E ACOLHIMENTO PARA NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIAS
 - 2.3.3 ESPECIFICIDADES ACERCA DO COMPORTAMENTO SUICIDA OU AUTOLESIVO
 - 2.3.4 ASPECTOS DE CONVIVÊNCIA RELACIONADOS ÀS MEDIDAS DE BIOSSEGURANÇA
 - 2.3.5 CONTATOS IMPORTANTES

3. ASPECTOS ADMINISTRATIVOS E SANITÁRIOS

- 3.1 PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA O RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS
- 3.2 SANITIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS ESCOLARES
- 3.3 RETORNO DOS PROFESSORES ÀS ATIVIDADES ESCOLARES PRESENCIAIS
- 3.4 PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO COM COMORBIDADES

APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (Sedu) apresenta o Plano de retorno às aulas presenciais das escolas públicas estaduais, em regime de revezamento semanal, gradual e em etapas, no contexto de pandemia da Covid-19, para fins de prevenção e controle da transmissão do novo coronavírus enquanto perdurar o estado de calamidade em saúde pública.

Para (re)iniciarmos progressivamente as atividades educacionais presenciais, priorizando a atenção a situações de vulnerabilidade social e considerando a variação das condições sanitárias no território capixaba, direcionadas a partir do Mapa de Risco do Governo e das medidas administrativas e de segurança sanitária previstas na Portaria Conjunta SEDU/SESA nº 01-R/2020, faz-se necessário o uso de estratégias que permitam alternar atividades presenciais e não presenciais.

O uso das Atividades Pedagógicas Não Presenciais (APNP) instituído pelo Programa EScoLAR, conforme previsto na Portaria Nº 048-R, passou a ser considerado no cômputo da carga horária letiva a partir de 1º de julho de 2020. Com isso, mesmo no retorno às aulas presenciais, as APNP e os recursos disponibilizados no Programa EScoLAR complementarão as atividades dos encontros presenciais, constituindo um modelo híbrido de oferta educativa.

O objetivo deste Plano é subsidiar o planejamento das unidades escolares nos processos que envolvem o retorno às aulas presenciais, contemplando aspectos pedagógicos, psicossociais, sanitários e administrativos, apoiando-se nos quatro pilares de uma educação para o século XXI que são: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Em meio a um contexto propício para se (re)pensar as práticas pedagógicas, à educação, conforme Delors (1996, p. 89), “cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permite navegar através dele”.



ASPECTOS PEDAGÓGICOS

1.1 CAMINHOS PERCORRIDOS E APRENDIZADOS

Em 16 de março de 2020, o Governo do Estado do Espírito Santo publicou no Diário Oficial do Estado o Decreto Estadual nº 4593-R, de 13 de março de 2020, decretando o estado de emergência em saúde pública no Estado do Espírito Santo, e estabelecendo as medidas sanitárias e administrativas para prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos decorrentes do surto de Coronavírus (Covid-19).

Em seguida, no dia 17 de março de 2020, foi publicado o Decreto nº 4597-R, de 16 de março de 2020, dispondo sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (Covid-19) na área da educação, suspendendo, a partir do dia 23 de março de 2020, pelo prazo de 15 (quinze) dias, as atividades educacionais em todas as escolas, universidades e faculdades, das redes de ensino pública e privada.

No mesmo dia, o Governo Federal publicou a Portaria MEC nº 343, de 13 de março de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do novo Coronavírus (Covid-19).

Em decorrência do avanço da pandemia no estado, o Governo, por meio do Decreto nº 4606-R, de 21 de março de 2020, subsidiado pela Resolução CEE-ES nº 5.447/2020, do Conselho Estadual de Educação, autorizou a instituição de regime emergencial de aulas não presenciais no Sistema de Ensino do Estado do Espírito Santo, como medida preventiva à disseminação do Covid-19.

Diante desse contexto, bem como da continuidade da situação de recomendação de suspensão de aulas presenciais, a Secretaria de Estado da Educação (Sedu) instituiu o Programa EscoLAR, por meio da Portaria Nº 048-R, de 02 de abril de 2020, como o objetivo de incentivar a oferta de Atividades Pedagógicas Não Presenciais (APNP), vinculadas à adoção de metodologias inovadoras e ao uso de tecnologias voltadas para a aprendizagem dos estudantes.

O Programa EscoLAR contempla um conjunto de recursos capazes de apoiar as escolas e os professores na continuidade do processo de ensino e aprendizagem por meio da complementação das aprendizagens já adquiridas e do desenvolvimento de novas aprendizagens pelos estudantes, de forma a favorecer a manutenção do seu vínculo com a escola e visando, entre outros objetivos, evitar um aumento da evasão escolar.

A primeira versão das diretrizes para implementação do Programa EscoLAR nas escolas da rede pública estadual (Diretrizes Operacionais 2020 - Versão 1.0) estabeleceu os procedimentos para assegurar a continuidade do processo de ensino e de aprendizagem por meio das APNP e apresentou os seguintes recursos visando apoiar as escolas e os professores:

Site EscoLAR: desenvolvido pela Sedu, o site EscoLAR, disponível em <http://www.sedu.es.gov.br/escolar>, tem como objetivo divulgar os vários recursos e materiais pedagógicos para a implementação do Programa, bem como as orientações para equipe pedagógica, professores, estudantes e pais ou responsáveis;

Videoaulas: o Programa EscoLAR disponibiliza videoaulas com objetos de conhecimento em conformidade com os documentos curriculares do Espírito Santo, de acordo com ano/série/componente curricular. Essas videoaulas têm o intuito de apoiar e complementar as atividades propostas pelos professores na continuidade do desenvolvimento curricular, mesmo com a suspensão das aulas presenciais. As primeiras videoaulas foram cedidas pela Secretaria de Estado da Educação do Amazonas, transmitidas em três canais de TV aberta (8.2, 8.3 e 8.4) e disponibilizadas no canal do Youtube SeduES, com a grade de programação semanal no site EscoLAR. Posteriormente, por meio do Programa IdeAção, criado pela Portaria nº 051-R, de 16 de abril de 2020, tornou-se possível a efetiva participação de professores da rede pública estadual de ensino do Espírito Santo na produção de videoaulas para atender as especificidades do contexto e do currículo do estado. Também é exibida a programação educativa do projeto “Vamos Aprender”, resultado de uma parceria da Sedu com o projeto desenvolvido pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e pelo Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), com apoio das Fundações Lemann e Roberto Marinho, do Centro de Inovação para a Educação Brasileira (Cieb) e da Unesco;

Aplicativo EscoLAR: a Google, em parceria com a Sedu e usando o Google Sala de Aula, criou salas de aulas virtuais para todas as escolas estaduais da rede pública do Espírito Santo, a partir das turmas existentes no Sistema de Gestão (Seges). Em cada um desses espaços, associados a cada turma em específico, estão os estudantes e os professores dos componentes curriculares. Essas salas virtuais podem ser acessadas pelo aplicativo EscoLAR por meio dos e-mails institucionais. Esse aplicativo não consome dados durante a navegação e favorece a interação entre professor e estudantes, seja na proposição de atividades não presenciais, seja no esclarecimento de dúvidas e nas devolutivas das atividades desenvolvidas pelos estudantes, seja para mentorear grupos, indicar caminhos, provocar reflexões;

Comunidades interativas: foram criadas 8 (oito) comunidades interativas para as escolas, distribuídas pelas 11 (onze) Superintendências Regionais de Educação (SRE), a fim de que os professores interajam, fomentem e troquem experiências, com a mediação de supervisores escolares. Nesse sentido, cada escola deve participar com o grupo de sua SRE. Essas comunidades objetivam fortalecer a troca de experiências entre professores, pedagogos e supervisores escolares, com o propósito de promover um olhar diferenciado sobre o momento. Há mais uma comunidade, a de mediadores, a partir da qual a Sedu acompanha o trabalho desenvolvido nas comunidades e estabelece orientações;

Portal de conteúdos pedagógicos digitais - Currículo Interativo: o Currículo Interativo, uma parceria com a Escola Digital, é uma plataforma de busca de recursos digitais de aprendizagem, em diferentes formatos (vídeos, videoaulas, animações, simulações, infográficos, aplicativos para celulares e outros), para todas as etapas de ensino e componentes curriculares. Essa plataforma está estruturada de acordo com os documentos curriculares da rede pública estadual, visando favorecer a utilização de metodologias inovadoras e promover maior motivação, engajamento e participação dos alunos em sua aprendizagem;

Material impresso: para os estudantes sem acesso à internet, são disponibilizadas APNP impressas. A equipe pedagógica, juntamente com os professores, são responsáveis pela identificação dos estudantes que necessitam das atividades impressas, pela definição das estratégias de entrega do material e pelo monitoramento da devolução das atividades realizadas pelos estudantes para sua correção e devolutivas pelo professor. As dinâmicas de entrega/devolução das APNP são realizadas cumprindo todos os protocolos de segurança e higiene destacados pela Secretaria de Estado da Saúde.

Por meio do Circuito de Gestão, metodologia de monitoramento e avaliação dos resultados de aprendizagem com equidade da rede pública estadual, foi possível adequar os Planos de Ação das escolas para responder à nova conjuntura com as APNP e, com isso, as SRE, mais especificamente os Supervisores Escolares, puderam acompanhar e apoiar as escolas no processo de construção de estratégias de monitoramento dos estudantes em relação ao acesso e ao uso das APNP e dos recursos disponibilizados pelo Programa EscoLAR, visando à continuidade do processo educativo.

Para realização desse acompanhamento, de forma sistemática, a Sedu elaborou formulários e questionários para escolas e estudantes com o objetivo de diagnosticar e avaliar a implementação das APNP, monitorando o uso dos recursos disponibilizados e, principalmente, o desenvolvimento das APNP pelos estudantes e a manutenção do seu vínculo com a escola.

Com o intuito de traçar políticas voltadas para o combate à evasão em 2019, foi instituído, pela Portaria nº 152-R, o Programa Todos na Escola, que visa identificar crianças e jovens que estão fora da escola, bem como os estudantes em risco de abandono escolar das escolas da rede pública do ensino fundamental e médio, nas modalidades regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA), e propor o desenvolvimento de ações que contribuam para o acesso e a permanência desses estudantes no ambiente escolar. Além disso, foi instituído pela Portaria nº 072-S, o Comitê para Estudo e Elaboração de Políticas Públicas de Acesso, Permanência e Aprendizagem do Estudante na Escola e publicada a Portaria nº 043-R, de 09/04/2019, que trata do controle de frequência escolar dos estudantes e institui um protocolo de monitoramento.

Essas ações de monitoramento do Programa EscoLAR e o Programa Todos na Escola foram determinantes para o amadurecimento e o fortalecimento do Programa EscoLAR na rede e, conseqüentemente, na decisão de considerar as APNP como carga horária letiva, conforme previsto na Portaria do Programa, tendo em vista a extensão da continuidade da situação de recomendação de suspensão de aulas presenciais no estado.

A partir desse novo cenário, foram demandadas novas orientações para a continuidade do Programa EscoLAR, em uma nova versão (Diretrizes Operacionais 2020 - Versão 2.0), com diretrizes complementares para que as APNP realizadas fossem consideradas letivas a partir do dia 1º de julho de 2020.

Dentre as novas diretrizes e ações, destacamos:

Readequação Curricular: a partir dos documentos curriculares vigentes para ensino fundamental (Currículo do Espírito Santo, 2018) e ensino médio (Currículo Básico Escolar Estadual, 2009), foi realizada, em conjunto com a Undime, a classificação das habilidades e dos conhecimentos neles contidos, identificando aqueles considerados essenciais/estruturantes para garantir a progressão das aprendizagens dos estudantes e também para o desenvolvimento das competências específicas da área de conhecimento/componente curricular, de modo a dar suporte ao planejamento docente no retorno das atividades letivas e à melhoria de propostas para o processo de ensino e aprendizagem.

Formações: com o objetivo de subsidiar o trabalho de professores e demais profissionais da educação, a Sedu, por meio de parcerias e da colaboração de profissionais da rede pública estadual, promoveu ações formativas para fomentar novas práticas docentes e reflexões sobre temáticas relevantes ao momento educacional, visando o aprimoramento profissional dos servidores da educação e o sucesso escolar dos estudantes. Dentre as várias formações realizadas, temos os diálogos formativos, realizados em lives semanais sobre: metodologias ativas, ensino híbrido, aprendizagem por investigação e pedagogia de projetos; temas da educação para a diversidade e inclusão; cultura digital com foco na instrumentalização (ferramentas digitais integradas à práticas criativas), além da oferta de cursos a distância por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle da Sedu, tais como o de produção de videoaulas e produção de animações e da formação, por meio da plataforma Vivescer, de apoio pedagógico e desenvolvimento da dimensão socioemocional para professores.

Avaliação Diagnóstica: elaborada pela Sedu, em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (Caed/UFJF), tendo como base os documentos curriculares da rede pública estadual, tem como objetivo diagnosticar as aprendizagens/habilidades e os pré-requisitos necessários para a continuidade do processo educativo e para nortear o planejamento dos professores. A Avaliação diagnóstica para o Ensino Fundamental - Anos Finais e para o Ensino Médio já foi realizada em plataforma digital. Com a retomada das aulas presenciais, essa avaliação diagnóstica poderá ser realizada com o Ensino Fundamental - Anos Iniciais, com destaque para o exame de fluência em leitura, e pelos alunos que não conseguiram realizá-la ante-

riormente pela dificuldade de acesso a recursos digitais. Além disso, a partir do momento em que as APNP foram consideradas letivas os professores foram orientados a juntamente com as equipes pedagógicas das unidades escolares a realizar uma avaliação diagnóstica por meio de APNP para verificação dos níveis de aprendizagens de seus alunos até o dia 01 de julho.

Apoie: A Secretaria criou em 2019 a APOIE-Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar, que tem como objetivo propor ações pras escolas que visem a promoção de saúde mental, o conhecimento sobre direitos da criança e do adolescente, bem como, direitos humanos; a prevenção para casos de preconceito, violência, bullying e outros, a formação dos profissionais de educação para acolhimento e escuta na perspectiva socioemocional, bem como, orientar e apoiar a escola em casos específicos que vão além de suas atribuições, buscando inclusive a articulação com os demais equipamentos de proteção à criança e ao adolescente. A equipe tem atuado realizando reuniões de acolhimento e orientação com profissionais das escolas que solicitam apoio em demandas psicossociais específicas individuais de alunos; em especial, neste momento de pandemia, na criação de campanhas que fortaleçam o vínculo do aluno com a escola.

Cestas Básicas: Outra ação de grande relevância que indiretamente afeta o desenvolvimento das pedagógicas foi a busca por tentar reduzir as desigualdades por meio da aquisição de cestas básicas para distribuição aos estudantes cujos responsáveis estão no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), por meio da Portaria nNº 058-R, publicada no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo em 13 de Maio de 2020. Esta distribuição tem ocorrido mensalmente atendendo a cerca de 114 mil estudantes da rede estadual.

TV EscoLAR: As videoaulas gravadas pelos professores da Rede Estadual serão disponibilizadas por meio de um canal no Youtube, intitulado TV EscoLAR. Nele será possível o aluno e o professor acessar os conteúdos dos temas integradores e habilidades/conhecimentos estruturantes do currículo, de forma remota. Com isso, as aulas que eram assistidas pela TV aberta passam a ser disponibilizadas neste canal, com acesso gratuito para estudantes e professores a partir do App EscoLAR.

YOUTUBE: Todo o conteúdo já disponibilizado na TV aberta pelo Programa EscoLAR pode ser conferido no canal da Sedu no Youtube, pelo endereço <https://www.youtube.com/channel/UCrhGi-4uMzAnpC0Bv8ELebQ>.

A partir do registro das APNP como carga horária letiva no Sistema de Gestão (Seges), o monitoramento da participação dos estudantes e do desenvolvimento das APNP passou a ser realizado por meio dos relatórios gerados pelo Seges, contribuindo para um acompanhamento mais preciso e imediato pelas escolas, pelas SRE e pela Secretaria. No dia 28 de agosto de 2020, devido à pandemia da Covid-19, a Sedu publicou no Diário Oficial do ES (Dioes), a

Portaria nº 092-R/2020, que define os procedimentos complementares para o Calendário Escolar do ano letivo de 2020 e as interfaces com o ano letivo de 2021, no âmbito da Educação Básica, nas unidades escolares da rede pública estadual de ensino do estado do Espírito Santo.

Estabelecido pela Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE), o Parecer CNE/CEB nº 11/2020 orienta que:

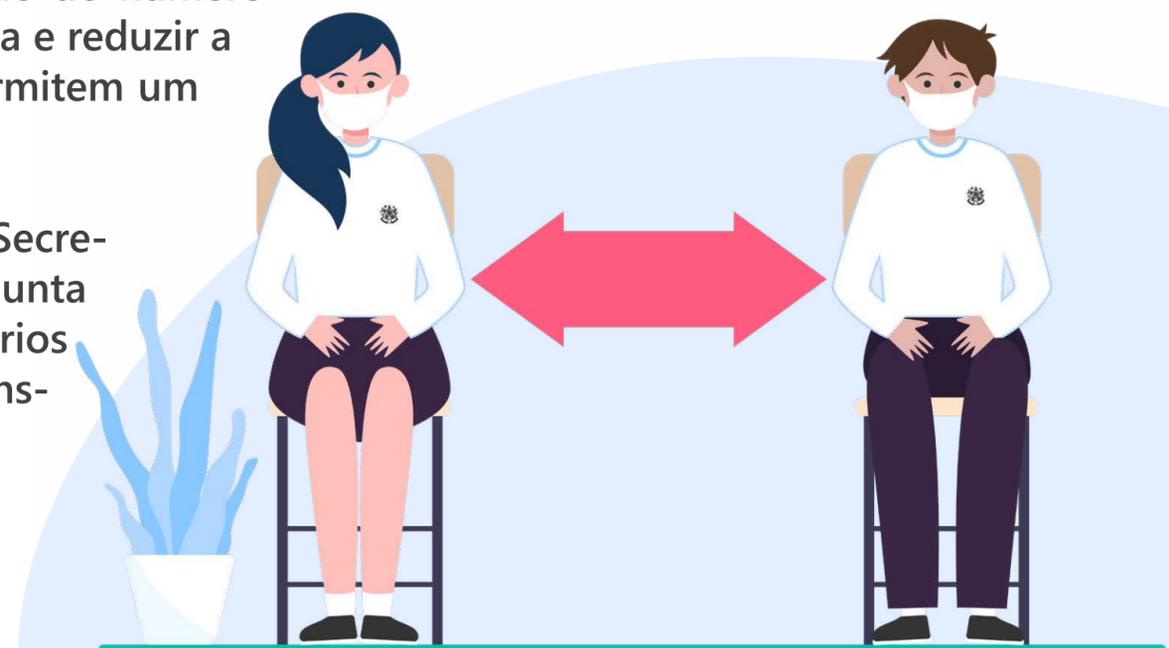
A legislação educacional e a própria BNCC admitem diferentes formas de organização da trajetória escolar, sem que a segmentação anual seja uma obrigatoriedade. Em caráter excepcional, é possível reordenar a trajetória escolar reunindo em “continuum” o que deveria ter sido cumprido no ano letivo de 2020 com o ano subsequente. Ao longo do que restar do ano letivo presencial de 2020 e do ano letivo seguinte, pode-se reordenar a programação curricular, aumentando, por exemplo, os dias letivos e a carga horária do ano letivo de 2021, para cumprir, de modo contínuo, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento previstos no ano letivo anterior. Seria uma espécie de “ciclo emergencial”, ao abrigo do art. 23, “caput”, da Lei no. 9.394, de 1996. Obviamente, isto não pode ser feito para os estudantes que se encontram nos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. Para esses, serão necessárias medidas específicas relativas ao ano letivo de 2020.

Assim, com o objetivo de dirimir os impactos da pandemia na aprendizagem dos estudantes capixabas, a Sedu estabeleceu, na Portaria de Calendário, o continuum curricular 2020-2021, assegurando a progressão da aprendizagem.

A principal recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS) para evitar o contágio pela Covid-19 é a diminuição da circulação de pessoas. Nesse sentido, a diminuição do número de estudantes por turma é essencial para garantir a segurança e reduzir a possibilidade de contágio, uma vez que turmas menores permitem um maior distanciamento entre os estudantes.

Com base nessa recomendação, a Sedu, juntamente com a Secretaria de Estado da Saúde (Sesa), elaboraram a Portaria Conjunta SEDU/SESA nº 01/2020, estabelecendo os protocolos sanitários necessários para a retomada das atividades presenciais nas instituições de ensino do estado.

Diante desta trajetória e da atual conjuntura, apresentaremos os procedimentos necessários para o retorno às aulas presenciais nas escolas da rede pública estadual do Espírito Santo.



1.2 PROCEDIMENTOS DE RETORNO DAS AULAS PRESENCIAIS

O retorno das atividades presenciais nas escolas públicas estaduais dar-se-á de forma gradual, em etapas e com revezamento, alternando momentos presenciais e não presenciais e com um número menor de estudantes por turma/sala, considerando o distanciamento físico e as medidas sanitárias previstas na Portaria Conjunta SEDU/SESA nº 01-R/2020.

O retorno das atividades presenciais está condicionado à classificação de risco baixo do município onde está localizada a escola, conforme Mapa de Risco do Governo.

As famílias/responsáveis ou estudantes maiores de idade, poderão optar pela continuidade das atividades não presenciais nos domicílios, manifestando-se por meio de instrumento próprio na semana de 05 a 09/10/2020, a ser disponibilizado pelas escolas. Caso o referido estudante manifeste, posteriormente, interesse em retornar às aulas presenciais, a escola deverá ser notificada com no mínimo 15 dias de antecedência para que seja providenciado transporte e alimentação para atender ao estudante.

O regime de revezamento consiste na alternância semanal, onde cada turma é dividida em 50% (cinquenta por cento) de estudantes em estudos presenciais e 50% (cinquenta por cento) em estudos não presenciais, por meio das APNP e dos recursos disponibilizados pelo Programa EscoLAR.

Em situações de turmas com poucas matrículas, respeitado o distanciamento físico exigido, a critério das respectivas unidades escolares pode-se:

- optar pelo revezamento entre turmas, avaliando essa possibilidade, levando em consideração o tamanho do espaço físico das salas de aula e observando a ordem de retorno das etapas/modalidades de ensino;
- retornar de forma efetiva as aulas presenciais para todos os alunos, sem revezamento, e neste caso, o Programa EscoLAR passa a ser utilizado apenas para reforço e recuperação das aprendizagens dos alunos por meio de atividades complementares.

As orientações para o retorno às atividades presenciais dos estudantes público da educação especial serão abordadas no item Educação Especial, sendo que o seu retorno dar-se-á juntamente com a etapa/modalidade de ensino em que estão matriculados.

A forma gradual e em etapas consiste no retorno crescente dos estudantes a cada duas semanas e cumulativo por etapa/modalidade de ensino, considerando a faixa etária dos estudantes.

A retomada das atividades escolares presenciais dar-se-á inicialmente com os professores, na semana de 05 a 09/10/2020. A retomada das atividades presenciais com os estudantes acontecerá a partir de:

1. 13/10/2020 - com os estudantes do ensino médio, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional;

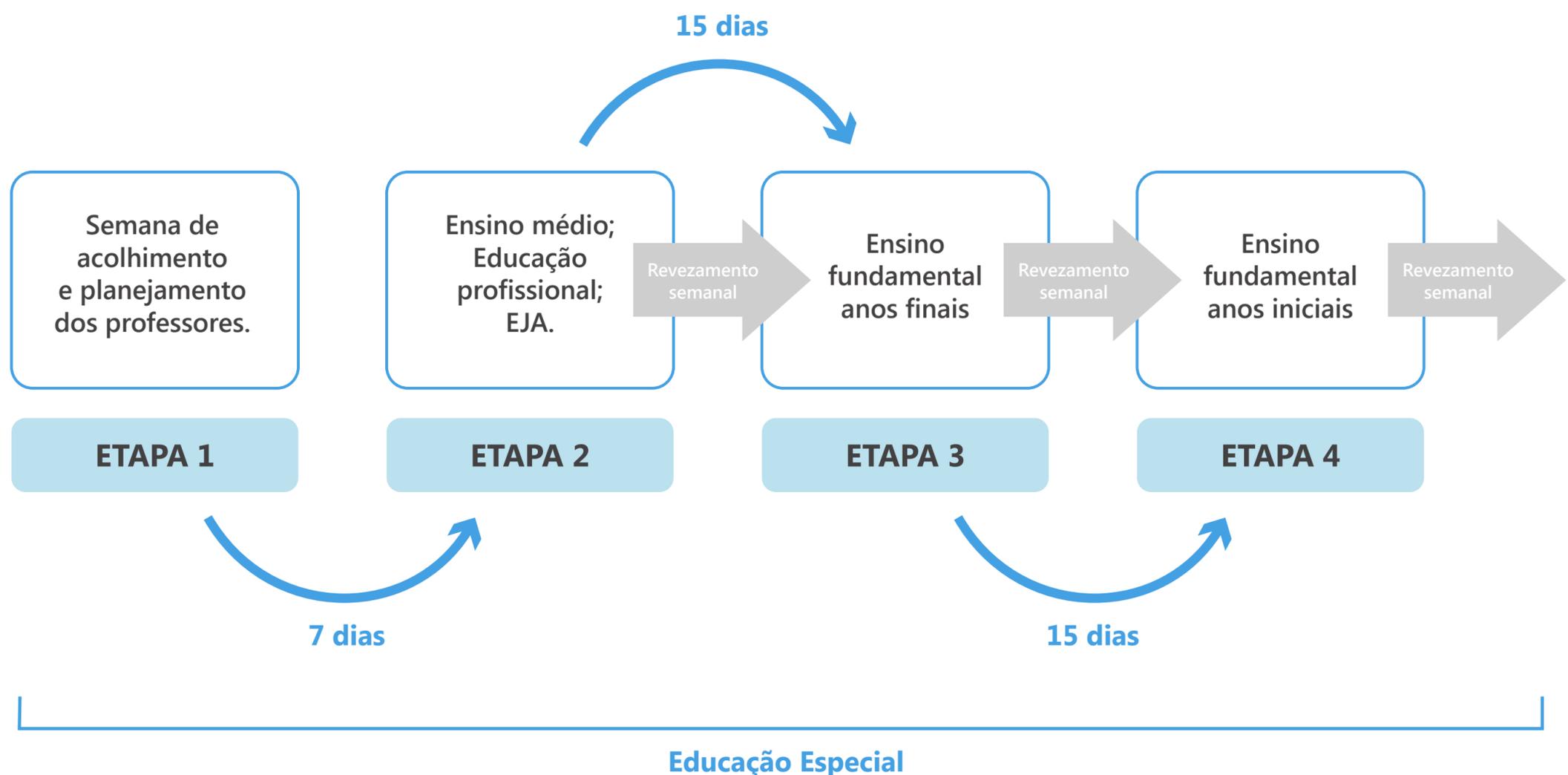
2. 26/10/2020 - já com os estudantes do ensino médio, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional acrescido dos estudantes do ensino fundamental anos finais;

3. 09/11/2020 - já com os estudantes do ensino médio, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional e dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental acrescido dos estudantes do ensino fundamental anos iniciais. Considerando que o retorno às aulas presenciais dos estudantes dar-se-á alternando momentos presenciais e não presenciais (com a aplicação das APNP), as escolas poderão flexibilizar os dias destinados às atividades de planejamento por área de conhecimento, diverso do previsto na Portaria N° 145-R/2019, bem como reorganizar os horários das aulas dos professores de modo a favorecer o modelo híbrido.

Neste sentido, o professor fica dispensado da obrigatoriedade do cumprimento das atividades de planejamento na unidade escolar, enquanto perdurar a pandemia de Covid-19.

A partir de 13/10, as reuniões de planejamento, apesar da retomada das aulas presenciais, poderão ser realizadas por webconferência.

ESQUEMA DE RETORNO DAS ATIVIDADES ESCOLARES PRESENCIAIS



ETAPA 1: SEMANA DE ACOLHIMENTO DOS PROFESSORES E PLANEJAMENTO

Na semana que antecede o retorno presencial dos estudantes às escolas, entre os dias 05 a 09/10/2020, deverão ser realizados momentos para o acolhimento dos professores e para a reflexão sobre o contexto da pandemia de Covid-19 em relação a toda a comunidade escolar.

Deverão ser desenvolvidas atividades de capacitação/orientação dos professores, incluindo a divulgação de vídeos institucionais dos protocolos sanitários a serem utilizados por todos os profissionais das escolas e pelos alunos.

Esse será o momento para, de forma coletiva e colaborativa, priorizando APNPs interdisciplinares e por áreas de conhecimento, seja planejada a implementação do modelo híbrido, com ou sem o uso de tecnologias, na alternância de atividades presenciais e não presenciais de forma articulada.

Ao ser proposta a implementação de um modelo híbrido de ensino-aprendizagem as atribuições do professor deverão contemplar a realização do planejamento de seu componente curricular em uma perspectiva de imbricância entre as APNP e as aulas presenciais, cabendo ao professor: elaborar APNP; realizar o acompanhamento das APNP, dando devolutivas, às atividades desenvolvidas por meio da sala de aula do Google Classroom ou por meio impresso; realizar o acompanhamento das APNP, dando devolutivas, às atividades desenvolvidas por meio das aulas presenciais; e promover atividades individuais e/ou em grupos de reforço e recuperação das aprendizagens.

Considerando que haverá estudantes que irão optar por permanecerem com atividades não presenciais e estudantes que retornarão às atividades presenciais, orientamos que os professores continuem utilizando as APNPs para ambos os grupos para desenvolvimento do currículo, e os momentos presenciais sejam priorizados para o esclarecimento de dúvidas, reforço, recuperação e aprofundamento, conforme descrito no item Intervenção Pedagógica.

ETAPA 2: RETORNO PRESENCIAL DOS ESTUDANTES DO EM, ETP E EJA

O retorno das atividades presenciais terá início no dia 13/10/2020 pelas turmas do ensino médio (regular, integral e integrado), tendo em vista a realização de exames para ingresso no ensino superior, como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), bem como o protagonismo dos jovens no processo de implementação dos protocolos. Além disso, retornam as turmas das modalidades de Educação de Jovens e Adultos e de Educação Profissional, dadas as contribuições que esse público poderá trazer para a implementação dos protocolos.

Esta etapa presencial ocorre com o revezamento de 50% dos alunos de cada turma a cada semana. Na 1ª semana, do dia 13/10/2020 a 16/10/2020, teremos 50% dos alunos de cada turma e na 2ª semana, do dia 19/10/2020 a 23/10/2020, os outros 50% dos alunos e assim a cada semana alternando sucessivamente.

Para cada grupo de alunos, a cada semana, as unidades escolares deverão realizar:

- o acolhimento dos alunos, com momento para reflexão sobre o contexto de pandemia;
- a orientação em relação aos protocolos sanitários;
- uma reunião com o conselho de líderes de turmas para validar os protocolos com os alunos;
- o planejamento da realização das Avaliações Diagnósticas impressas ou digitais para os estudantes que ainda não realizaram.

ETAPA 3: RETORNO PRESENCIAL DOS ESTUDANTES DO EF II

O Retorno das atividades presenciais do ensino fundamental dar-se-á pelas turmas do 5º e 9º ano no dia 26/10/2020, sendo com 50% dos alunos de cada turma na semana de 26 a 30/10/2020 e 50% dos demais estudantes de cada turma na semana de 02 a 06/11/2020.

Para cada grupo de alunos, a cada semana, as unidades escolares deverão realizar:

- o acolhimento dos alunos, com momento para reflexão sobre o contexto de pandemia;
- a orientação em relação aos protocolos sanitários ;
- uma reunião com o conselho de líderes de turmas para validar os protocolos com os alunos;
- o planejamento da realização da Avaliação Diagnóstica I, no formato impresso ou digital, para os estudantes que não realizaram online.

ETAPA 4: RETORNO PRESENCIAL DOS ESTUDANTES DO EF I

O retorno das atividades presenciais para as turmas do ensino fundamental anos iniciais (1º ao 5º ano) acontecerá a partir do dia 09/11/2020.

Esta etapa presencial será realizada em duas semanas, sendo que, a cada semana, teremos o revezamento de 50% dos alunos de cada turma. Na 1ª semana, do dia 09 a 13/11/2020, teremos 50% dos alunos de cada turma e na 2ª semana, do dia 16 a 20/11/2020, teremos os demais 50% dos alunos.

Para cada grupo de alunos, a cada semana, as unidades escolares deverão realizar:

- o acolhimento dos alunos, com momento para reflexão sobre o contexto de pandemia;
- a orientação em relação aos protocolos sanitários.

1.3 ESTUDANTES DO GRUPO DE RISCO OU EM REGIME HOSPITALAR

O regime de revezamento, de forma gradual e em etapas, também, permite que estudantes pertencentes a grupos de risco, que apresentem laudo de comorbidade, fiquem em casa, bem como que todos os casos suspeitos ou confirmados de Covid-19 sejam imediatamente colocados em quarentena, sem que haja prejuízo à frequência escolar e ao processo educativo, que passa, nesse caso, a ser realizado por meio das APNP e dos recursos disponibilizados pelo Programa EscoLAR.

A Sedu, cumprindo o ordenamento jurídico da educação brasileira, resguarda o direito a tratamento especial para estudantes em grupos de risco com formas alternativas de cumprimento de carga horária e das avaliações.

Portanto, as unidades de ensino deverão proporcionar a esses estudantes a possibilidade de realizarem atividades domiciliares, enquanto durar o impedimento de frequência às aulas, conforme expresso na Portaria SEDU/SESA Nº 01-R, de 08 de agosto de 2020, em seus artigos 18, 19, 20 e 21.

No caso de estudantes em situação de atendimento educacional em regime hospitalar, e no contexto de retorno às atividades presenciais, sobre a retomada do atendimento presencial do professor aos estudantes atendidos em regime hospitalar e domiciliar, recomenda-se considerar a decisão conjunta dos pais/responsáveis e de uma autoridade médica, sem prejuízo do acompanhamento das atividades educacionais dos alunos que permanecerem em isolamento domiciliar, conforme previsto no parágrafo 3º do Art. 21 da Portaria SEDU/SESA Nº 01-R, de 08 de agosto de 2020.

As medidas de prevenção ao contágio da Covid-19 a serem adotadas pelos estudantes e professores em regime hospitalar serão específicas e orientadas pelos profissionais da área da saúde de cada hospital.

1.4 PROGRAMA TODOS NA ESCOLA: MONITORAMENTO DO ABSENTEÍSMO

É dever do Estado, em conjunto com a família, assegurar a permanência de crianças e de adolescentes na escola e garantir o direito de aprendizagem de todos. Assim, os educadores e os gestores da rede pública estadual de ensino do Espírito Santo devem ter como premissa que nenhum aluno abandone a escola. O sucesso na prevenção do abandono envolve ações específicas realizadas pelas escolas, considerando seu público, os contextos e as características locais.

Entretanto, compreendemos que uma das consequências desse período prolongado de paralisação das atividades esco-

lares presenciais é um provável aumento dos índices de abandono escolar. Diante desse contexto, a rede estadual, por meio da oferta de APNP, tem buscado reduzir os prejuízos nas aprendizagens de seus estudantes, bem como dar maior visibilidade às ações voltadas ao engajamento do aluno nos estudos e à manutenção de seu vínculo com a escola.

Dessa forma, o Programa Todos na Escola, regulamentado pela Portaria N° 152-R, de 30 de dezembro de 2019, tem como objetivo identificar crianças e jovens que estão fora da escola, ou em risco de abandono escolar, e desenvolver ações que contribuam para a sua permanência na escola.

A Secretaria vem monitorando o cumprimento das APNP pelos estudantes e, com o retorno das aulas presenciais, serão realizados mapeamentos que indiquem quantos e quais foram os estudantes que não retornaram à escola; acompanhando o número de faltas; o cumprimento das APNP; investigando as causas; e traçando estratégias, como orienta a Portaria N° 043-R, de 09 de abril de 2019.

É preciso ressaltar a importância do acompanhamento da equipe pedagógica quanto aos casos de absenteísmo, e dos registros diários no Sistema de Gestão Escolar (Seges) pelos professores, visando apoiar esse monitoramento.

A equipe Sedu encaminhará, quinzenalmente, às Superintendências, um relatório de alunos faltosos, por escola, a fim de que sejam investigadas e analisadas as causas e sugeridas propostas de intervenções. Essas ações permitirão a identificação dos alunos propensos ao abandono escolar e o seu acompanhamento junto aos professores e às famílias, conforme protocolos já instituídos no Circuito de Gestão.

1.5 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

A retomada gradativa das aulas presenciais demandará uma atitude colaborativa da equipe escolar, dos estudantes e de seus responsáveis, num esforço comum e comprometido para atenuar os impactos decorrentes da suspensão das aulas presenciais como medida para conter o avanço da pandemia do novo coronavírus.

Nesse sentido, fazem-se necessárias adaptações curriculares com foco em aprendizagens essenciais que assegurem as condições necessárias à promoção dos estudantes com qualidade e equidade. Para isso, serão utilizados recursos, métodos, estratégias e intervenções, tanto para o processo de ensino-aprendizagem, como para o sistema de avaliação. Nas unidades escolares, poderão ser trabalhadas estratégias alinhadas a essas diretrizes para mitigação dos prejuízos pedagógicos.

Durante o período de interrupção das aulas presenciais, a Sedu buscou diminuir esses prejuízos educacionais por meio da implantação do Programa EscoLAR que, entre outras, ofertou aos estudantes as APNP.

Ainda considerando as ações desenvolvidas pelo Programa EscoLAR, destacamos a exibição de videoaulas por meio de canal aberto de televisão e por meio do Youtube. As videoaulas exibidas foram produzidas pela Secretaria de Es-

tado da Educação do Amazonas (Programa Em Casa) e pelo Programa “Vamos Aprender”, disponibilizadas por meio de parceria com a Sedu. Posteriormente, as videoaulas passaram a ser produzidas pelos professores da própria Sedu, selecionados na rede por meio do Programa “IdeAção”.

Com o objetivo de subsidiar e complementar a elaboração das APNP, a Sedu realizou ainda uma pesquisa com mais de 3.400 professores da rede, diretores e PCAs, para identificar os temas integradores e as habilidades estruturantes dos diferentes componentes curriculares de maior relevância para a continuidade da produção de novas videoaulas articuladas com a Readequação Curricular.

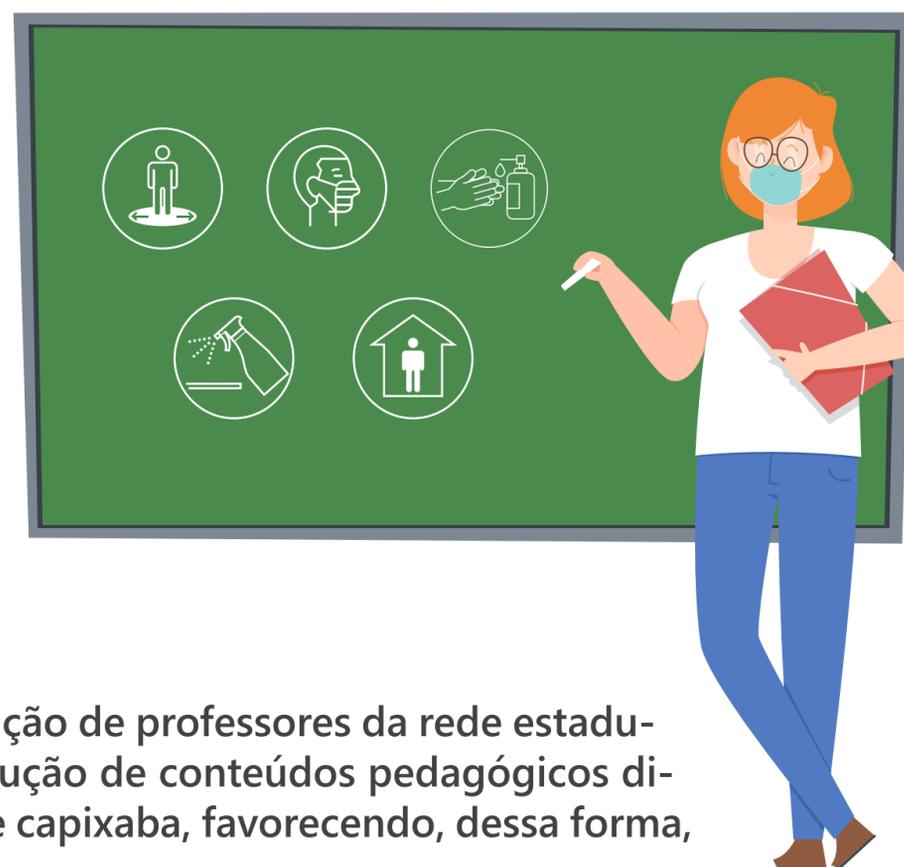
Com o Programa IdeAção, tornou-se possível a efetiva participação de professores da rede estadual na produção de videoaulas e, em termos curriculares, a produção de conteúdos pedagógicos digitais com temáticas que abordassem questões afins à realidade capixaba, favorecendo, dessa forma, a contextualização do conteúdo estudado.

A partir do retorno das atividades presenciais em regime de revezamento, será adotado um modelo educacional híbrido. Esse modelo caracteriza-se pela adoção de estratégias pedagógicas que podem ou não fazer uso de recursos digitais, e que, na associação de atividades presenciais e não presenciais, favorece o processo de construção do conhecimento.

O formato remoto não substitui o presencial, mas, sim, o complementam. O ensino híbrido é uma experiência integrada que se faz na combinação de atividades presenciais e atividades não presenciais, em um modelo que pode incentivar a autonomia dos estudantes, orientando-os ao entendimento de que não há apenas uma única forma de ensinar e aprender.

Desta maneira, pensando em uma proposta de modelo híbrido, a escola será o espaço em que serão propostos momentos de reflexão e de promoção do pensamento crítico acerca das atividades e experiências proporcionadas e vivenciadas pelas APNP, aprofundando as questões que forem consideradas essenciais. Além disso, as atividades presenciais deverão priorizar as intervenções pedagógicas de recuperação, reforço e de aprofundamento.

Nessa perspectiva, o fazer pedagógico precisa estar alicerçado por metodologias que promovam uma maior conexão entre os saberes do aluno com os saberes trabalhados por diferentes componentes curriculares e, desse modo, possam potencializar a contextualização das habilidades trabalhadas em sala de aula. Indicamos para essa finalidade as metodologias de Ensino por Investigação e a Pedagogia de Projetos pois, além de facilitarem ações educativas nos momentos não presenciais e a maior interação entre alunos e professores nos momentos presenciais, favorecem o processo de avaliação numa perspectiva formativa e interdisciplinar.



O Ensino por Investigação é apresentado como a possibilidade metodológica proposta, em especial, para ser utilizada no Ensino Fundamental Anos Iniciais, pois estimula as crianças a desenvolverem a criatividade, o espírito crítico e inovador; a ampliação da capacidade de diagnosticar, analisar e propor soluções; avaliando processos e resultados a fim de identificar necessidades e propor intervenções na realidade por meio do diálogo e da argumentação. Lembramos que o aprendizado deve ser relacionado ao cotidiano dos alunos, para permitir aos mesmos, articular o que aprenderam com o entendimento que têm do mundo, possibilitando assim seu avanço. Nessa abordagem não há uma única resposta correta, mas tentativas de construção coletiva do conhecimento, guiadas pelo professor. As tarefas propostas em qualquer situação, avaliativa ou não, devem servir para estimular o aluno a pensar, refletir, criticar, levantar hipóteses, compreender e correlacionar conteúdos.

Por outro lado, a Pedagogia de Projetos é a proposta metodológica sugerida para os Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio, uma vez que, propõe romper com o modelo tradicional fragmentado de ensino ao lembrar a existente ligação intrínseca entre os conhecimentos e como naturalmente se apresentam de maneira transdisciplinar.

É justamente esse tratamento indissociável entre os saberes destacado pela Pedagogia de Projetos que pode trazer bons resultados na aprendizagem dos estudantes na atual conjuntura. Isso se evidencia pela existência de conhecimentos de áreas diversas que possuem pontos de interseção e, dessa forma, pela possibilidade de tais saberes serem trabalhados de forma conjunta, num mesmo projeto, envolvendo professores de áreas diversas e a escola como um todo. Tal engajamento da equipe escolar torna tanto o planejamento das aulas como o processo de aprendizagem mais significativos para docentes e discentes, respectivamente.

Ao mesmo tempo, a Pedagogia de Projetos enfatiza a aprendizagem como um processo complexo de construção individual e coletiva, um processo social, no qual o aluno participa ativamente na formação do seu conhecimento, tanto individualmente quanto na interação com seus pares. Tal protagonismo surge a partir de interesses e conhecimentos que o estudante já possui e cujo exercício torna o discente cada vez mais interessado nos processos de aprendizagem, os tornando significativos. Dessa forma, o aprendizado por projetos pode ser uma poderosa ferramenta para assegurar a permanência dos estudantes pós-pandemia.

Vale ressaltar que, além disso, as metodologias a serem adotadas, na perspectiva do modelo híbrido, deve propiciar a execução de atividades significativas a serem realizadas de forma individual ou coletiva, presencial ou não presencial, levando em consideração as especificidades de cada estudante e o momento em que vivemos.

1.6 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

1.6.1 AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

A avaliação diagnóstica possibilita realizar o levantamento da situação do aluno em relação às aprendizagens adquiridas e ao currículo proposto; identificar as possíveis defasagens de aprendizagens dos estudantes; e ter uma melhor

compreensão da turma em relação à aquisição de habilidades e pré-requisitos necessários para a continuidade do processo educativo.

Nesse sentido, a avaliação diagnóstica visa apoiar e orientar o trabalho pedagógico. É importante analisar evidências, identificar e compreender como se constituiu o processo de ensino e de aprendizagem dos estudantes, ou seja, diagnosticar as aprendizagens desenvolvidas para que seja possível pensar as propostas de intervenção e de retomada de sentido em cada universo educativo.

A partir do dia 1º de julho, quando as Atividades Pedagógicas Não Presenciais (APNP) passaram a contar como carga horária letiva, para nortear o planejamento, a Sedu realizou a Avaliação Diagnóstica I, por meio de plataforma digital, com o objetivo de diagnosticar as aprendizagens/habilidades desenvolvidas em 2019. A Avaliação Diagnóstica II foi desenvolvida pelo professor com o objetivo de diagnosticar as aprendizagens/habilidades desenvolvidas pelos estudantes, em 2020, por meio das APNP aplicadas.

A Avaliação Diagnóstica I foi elaborada pela Sedu em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (Caed/UFJF), tendo como base o Currículo do Espírito Santo (Educação Infantil e Ensino Fundamental), de 2018, e o Currículo Básico Escola Estadual (Ensino Médio), de 2009.

AS AVALIAÇÕES FORAM ORGANIZADAS DA SEGUINTE FORMA:

- 6º ao 9º ano do ensino fundamental: avaliações diagnósticas disponibilizadas no formato online que contemplarão os seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências e Inglês.
- 1ª a 3ª série do ensino médio: avaliações diagnósticas disponibilizadas no formato online que contemplarão os seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Física, Química, Biologia, Inglês, Filosofia e Sociologia.

A Avaliação Diagnóstica I foi aplicada aos estudantes do Ensino Fundamental - Anos Finais e do Ensino Médio. Os estudantes que apresentaram dificuldade de acesso a recursos digitais deverão realizar as avaliações no retorno às aulas presenciais, no formato online ou no formato impresso.

As respostas das avaliações realizadas no formato online são coletadas automaticamente por uma plataforma de resultados. No caso das avaliações realizadas de forma impressa, o professor deverá lançar, manualmente, as respostas dos alunos na referida plataforma.

Esses resultados serão analisados e disponibilizados para as escolas, possibilitando identificar as habilidades desenvolvidas e as não consolidadas pelos estudantes.

A partir da análise das aprendizagens realizadas por meio das Avaliações Diagnósticas I e II, cabe ao professor traçar estratégias de intervenção (recuperação, reforço ou atividades complementares) para cada ano/série/turma/estu-

dante, considerando os conhecimentos adquiridos nesse período.

Durante todo o processo educativo, a avaliação deverá ter caráter processual, buscando entender as dificuldades individuais de cada estudante, dadas suas condições estruturais de estudo domiciliar e de acesso à internet.

1.6.2 AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO

A avaliação do rendimento dos estudantes tem caráter de verificação dos níveis de aprendizagem, visando a recuperação, o reforço e o aprofundamento das habilidades e competências essenciais. Apesar de somativa, a avaliação do rendimento não será utilizada para fins de retenção dos estudantes, mas servirá de base para o planejamento do contínuum curricular 2020-2021.

O processo de avaliação das APNP deve ter um caráter processual, numa perspectiva formativa e interdisciplinar, levando em consideração o nível e o contexto de aprendizagem de cada estudante.

Para procedimentos relativos ao registro das avaliações trimestrais/bimestrais e da recuperação da aprendizagem no Segas, as escolas e os professores deverão seguir o estabelecido na Portaria nº 092-R/2020 e demais orientações da Sedu.

1.7 INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

Intervenção pedagógica é a ação educativa que tem o objetivo de garantir aos estudantes o direito de aprender. Sendo assim, pelos resultados das Avaliações Diagnósticas I e II e do acompanhamento das APNP, pretende-se identificar as situações de aprendizagens dos estudantes e torná-las ponto de referência para o planejamento de intervenções pedagógicas de recuperação, reforço e de aprofundamento.

Pensando na finalidade e na importância de realizar a intervenção pedagógica, é importante que professores e pedagogos verifiquem quais habilidades e competências apresentaram maiores dificuldades e quais foram mais bem desenvolvidas pelos alunos nas avaliações diagnósticas e nas APNP, por turma e componente curricular, para o planejamento e a realização das intervenções, considerando-as de:

Recuperação - para os estudantes que demonstrarem insuficiência de aprendizagem das habilidades necessárias à sua etapa de escolaridade. Sendo assim, é necessário planejar atividades que desenvolvam essas habilidades, a fim de que os estudantes possam avançar em suas aprendizagens.

Reforço - para os estudantes que ainda não demonstraram um desenvolvimento considerado apropriado das habilidades básicas para a etapa de escolaridade em que se encontram. Para este grupo, o professor deve ela-

borar um planejamento de modo a consolidar essas habilidades, sistematizar esse conhecimento e dar suporte para que eles possam ampliar suas aprendizagens.

Aprofundamento - para os estudantes que demonstrarem domínio das habilidades básicas e essenciais para a etapa de escolaridade em que se encontram. Para que avancem em seu processo de escolarização, é importante planejar atividades complementares que mantenham o interesse dos estudantes pelos estudos e os auxiliem no aprimoramento de seus conhecimentos.

A intervenção pedagógica deve acontecer, preferencialmente, nos momentos presenciais, e ser orientada no sentido de auxiliar os estudantes no desenvolvimento das habilidades e competências consideradas essenciais para que consigam avançar no processo de escolarização.

1.8 PLANO DE AÇÃO DA ESCOLA: MONITORAMENTO DOS RESULTADOS DE APRENDIZAGEM E EQUIDADE

Considerando que o retorno às aulas presenciais efetivar-se-á em formato de revezamento, nossa atenção agora deverá se ampliar para duas dimensões que não devem ser entendidas como distintas, mas como complementares. É necessário manter o foco no monitoramento das APNP, que continuarão sendo realizadas pelos estudantes, ao mesmo tempo em que devemos ampliá-lo para o acompanhamento e monitoramento das ações pedagógicas que farão parte do momento presencial, quando da volta às aulas no ambiente escolar.

O Circuito de Gestão, enquanto ferramenta que se propõe a fortalecer o trabalho do Gestor Escolar, permite a sistematização e o registro do monitoramento das ações propostas no Plano de Ação, que já passou por uma etapa de ajustes para melhor espelhar as atividades que as escolas realizaram até então. Para as próximas etapas do Circuito, o Plano de Ação continua sendo um importante instrumento para orientar as ações e tarefas que são realizadas na rotina escolar, seja de maneira presencial ou não presencial.

As adequações realizadas nos Planos de Ação na Etapa de Correção de Rotas deixam evidente que as escolas são ativas e estão em constantes mudanças para atender às necessidades que cada contexto apresenta. Na Correção de Rotas, o Gestor Escolar e sua equipe terão a chance de refletir sob uma perspectiva distinta e apresentar propostas de ações para o retorno às aulas presenciais. Também é nessa etapa que as tarefas que precisam de algum aprimoramento para melhor atender ao que se propõe poderão ser ajustadas, excluindo-se aquilo que não é mais pertinente e adequando-se datas. Tudo isso para fortalecer o trabalho coletivo e contribuir para a aprendizagem dos estudantes.

É importante reforçar que a Sistemática de Monitoramento e Avaliação de Resultados (SMAR) é um momento estratégico importante que propicia a todas as instâncias analisarem o caminho percorrido até o momento em direção ao alcance de resultados. Essa etapa também foi adaptada para melhor atender ao contexto atual. Novos indicadores foram incorporados e o protocolo será composto por roteiros analíticos com questões a serem levantadas para

análise dos gráficos, reforçando uma conexão entre esses dados e a execução do Plano de Ação. Todas as instâncias irão monitorar e avaliar um conjunto de dados e indicadores associados ao trabalho desenvolvido no 1º trimestre/semestre de 2020, referentes à manutenção de vínculo do estudante com a escola e ao acesso às APNP.

Como parte do planejamento para retorno das aulas presenciais, é importante que cada Superintendência Regional de Educação (SRE) se atente para:

- na semana que antecede o retorno às aulas presenciais, apoiar as escolas com o processo de acolhimento aos professores;
- orientar os gestores escolares quanto ao monitoramento do acesso e desenvolvimento das APNP;
- orientar as equipes gestoras quanto à realização da planejamento;
- organizar-se com as escolas para pensar as estratégias que serão utilizadas para definir qual grupo de alunos estará presente em cada semana;
- orientar e apoiar as escolas em relação ao retorno gradativo dos estudantes, de acordo com as etapas de ensino;
- continuar apoiando as estratégias de manutenção do vínculo dos estudantes com as escolas;
- reforçar e apoiar estratégias de prevenção do abandono;
- manter ativas as estratégias de acompanhamento e monitoramento das atividades não presenciais;
- orientar e acompanhar o processo de desenvolvimento das avaliações diagnósticas, garantindo que a escola elabore estratégias que atendam os diferentes contextos de aprendizagem;
- apoiar as escolas na construção de estratégias para recuperação, reforço e aprofundamento de conteúdos essenciais para o desenvolvimento de habilidades e para o avanço na aprendizagem, no retorno dos estudantes às aulas presenciais;
- garantir a realização do quantitativo mínimo de assessoramentos remotos às escolas prioritárias e não prioritárias;
- garantir as reuniões de trabalhos (RT) por meio de espaços virtuais que atendam à sua realidade.

As escolas voltarão a receber os alunos, inicialmente, em revezamento, de modo gradativo e por etapas. Entendemos que esse é um cenário novo para todos e, portanto, precisamos nos preparar para as adequações que serão necessárias para esse momento. O foco nas ações para garantir o acesso dos estudantes às APNP permanece, bem como o acompanhamento do desenvolvimento das atividades remotas e as ações de prevenção do abandono. Para isso, a escola deve:

- organizar e promover a semana de acolhimento aos estudantes;
- organizar e realizar a semana de acolhimento dos professores e planejamento;
- continuar o monitoramento do acesso e do desenvolvimento das APNP pelos estudantes;
- acompanhar e dar apoio pedagógico aos professores no desenvolvimento das APNP e também das atividades pedagógicas presenciais;
- elaborar estratégias de prevenção do abandono escolar;
- elaborar estratégias para diminuir as desigualdades de aprendizagens;
- garantir que as estratégias de avaliação dos estudantes contemplem os diferentes contextos de aprendizagem;

- garantir estratégias de recuperação, reforço escolar e aprofundamento de conteúdos essenciais para o desenvolvimento de habilidades e para o avanço na aprendizagem no retorno dos estudantes às aulas presenciais;
- construir estratégias de assessoramento pedagógico aos professores a respeito das metodologias que serão desenvolvidas no retorno às aulas presenciais;
- elaborar estratégias para a aplicação das avaliações diagnósticas para garantir a participação de todos estudantes.

1.9 ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS POR ETAPA E MODALIDADE DE ENSINO

1.9.1. ENSINO FUNDAMENTAL

Considerando a alfabetização um processo contínuo que envolve toda a complexidade do ato de ensinar e de aprender e que no Ensino Fundamental precisam ser desenvolvidas as capacidades e potencialidades dos alunos de 06 a 14 anos, foi necessário fazer uma readequação curricular destacando habilidades essenciais e de desdobramento e também pensar em abordagens de ensino e perspectivas educativas interdisciplinares para trabalhar essas habilidades por meio da utilização de práticas inovadoras e intencionais.

Na semana de acolhimento e planejamento dos professores, sugerimos, a definição de temas para serem trabalhados numa abordagem de ensino por investigação, conforme apresentados nos diálogos formativos. Lembramos que o aprendizado deve ser relacionado ao cotidiano dos alunos, para permitir aos mesmos, articular o que aprenderam com o entendimento que têm do mundo, possibilitando assim seu avanço. É importante considerar a utilização do material estruturado do Pacto pela Aprendizagem - PAES de 1º ao 3º ano, preferencialmente nas atividades presenciais, com o intuito de fortalecer as habilidades específicas da alfabetização.

A cada semana, a escola terá 50% dos alunos de uma mesma turma e que o Ensino Fundamental anos iniciais somente retornarão após as outras etapas/modalidades de ensino. Dessa forma, na 1ª e 2ª semanas após o retorno, deverá ser realizado o acolhimento das crianças, bem como a orientação em relação aos cuidados pessoais e utilização de materiais pedagógicos e espaços escolares, visando minimizar a transmissão do novo coronavírus, conforme especificado no art. 10, inciso IX da Portaria Sedu/Sesa nº 01-R/2020.

DESTACAMOS ALGUNS CUIDADOS A SEREM OBSERVADOS NOS ANOS INICIAIS:

- Promover momentos de acolhimento para que as crianças possam compartilhar entre si seus sentimentos e pensamentos diante da situação epidêmica, garantindo que seu estado emocional seja respeitado;
- Orientar as crianças a não tocarem na boca, no nariz e nos olhos, mesmo que estejam com as mãos limpas, e a conversarem com os professores “se estiverem tristes ou se sentindo mal”.
- Posicionar as mesas dos alunos a uma distância maior uma da outra, e colocá-las voltadas para a mesma direção (não em círculo, por exemplo), de modo a minimizar o risco de transmissão por partículas provenientes de espirros, tosses ou durante a fala.

- Limitar grupos de crianças no recreio estabelecendo que cada grupo faça um caminho predeterminado até suas salas de aula;
- Privilegiar atividades nas áreas externas, espaços mais amplos e arejados (pátios, jardins) e em regime rotativo dos grupos, fazendo no chão as devidas marcações de isolamento entre as crianças;
- Lavar com água e sabão objetos compartilhados durante as aulas e higienizar os jogos com preparações alcoólicas a 70% (setenta por cento) caso os utilizem.
- As atividades de Arte devem ser feitas com material individual descartável ou que possa ser desinfectado regularmente com solução alcoólica a 70% (setenta por cento);
- Suspende o uso compartilhado de brinquedos e outros materiais didáticos, garantindo, sempre que possível, material individual para o desenvolvimento das atividades pedagógicas;
- Priorizar atividades com material audiovisual, para evitar manuseio de objetos pelos alunos.

Os estudantes dos anos finais que não realizaram a avaliação diagnóstica I também deverão realizar por meio de computadores da escola, ou quando for necessário, por meio impresso.

1.9.2 ENSINO MÉDIO

Os estudantes do ensino médio, juntamente com os estudantes da EJA e da educação profissional, serão os primeiros a retornarem às aulas presenciais. Considerando o protagonismo e a autonomia dos jovens, as escolas devem propiciar a participação e a colaboração dos representantes dos Conselhos de Líderes e do Grêmios Estudantis nos processos de organização, monitoramento e avaliação da implementação dos protocolos sanitários nos espaços escolares.

As ações de acolhimento dos estudantes, na primeira semana de retorno às aulas presenciais, também devem favorecer a participação dos estudantes, tanto no processo de planejamento quanto durante a execução das atividades, numa perspectiva de uma construção não somente para os adolescentes e jovens, mas principalmente, com eles. Essas ações devem reconhecer as JUVENTUDES que chegam à escola, buscando compreender as vivências e experiências produzidas no contexto da pandemia.

A contribuição dos adolescentes e jovens na identificação e na proposição de soluções em relação aos estudantes que não estão participando do Programa EscoLAR e que não retornaram às aulas presenciais, fortalece e amplia o trabalho da equipe escolar na busca ativa desses alunos e aponta para a centralidade dos jovens estudantes como SUJEITOS do processo educativo.

O reconhecimento da diversidade dos sujeitos do ensino médio é primordial para o planejamento das ações de retorno às aulas presenciais e deve considerar experiências, saberes, desejos e condições em que chegam à escola. São jovens trabalhadores, do campo, da cidade, indígenas, garotos e garotas, mas todos SUJEITOS DE DIREITOS.

Nas unidades escolares com Novo Ensino Médio as aulas de Eletivas, de Projeto de Vida e de Estudo Orientado são um importante apoio na implementação da Readequação Curricular e do modelo educacional híbrido.

No cenário atual, quando do retorno às aulas presenciais, a oferta das aulas das Eletivas será atribuída à série e não

mais de forma multisseriada. No entanto, permanece a recomendação de se fazer o levantamento de interesses, nesse caso, da turma, para que a oferta de eletivas atendam às expectativas dos estudantes e possam, apoiar o Projeto de Vida, mantendo-se a autonomia e o protagonismo do educando. Da mesma forma, as temáticas devem estar em conformidade com os Temas Integradores definidos pelo Currículo do Espírito Santo, incentivando e possibilitando, prioritariamente, a escolha de temas relacionados ao contexto histórico e social vivido.

Já as aulas de Estudo Orientado (EO), acontecerão por turma, evitando-se a circulação dos estudantes. Uma das aulas do Estudo Orientado deverá ser destinada, prioritariamente, para diagnose e intervenção pedagógica.

Para o Projeto de Vida (PV), sugerimos que a retomada das atividades das aulas seja a partir da reflexão sobre as possíveis mudanças de trajetória nos projetos antes estabelecidos. O foco do trabalho pedagógico deve considerar a formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais, além de considerar, para a definição das competências essenciais, a realidade local, as experiências de vida, as diversidades, bem como as singularidades e pluralidades dos contextos socioculturais dos estudantes.

Considerando que muitos estudantes concluintes do ensino médio estão se preparando para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), orientamos que os objetivos de aprendizagem das APNP priorizem as habilidades/conhecimentos estruturantes propostos na Adequação Curricular e as principais temáticas abordadas no Enem, preferencialmente, por área de conhecimento.

Ainda visando apoiar os estudos dos alunos concluintes do ensino médio, a Sedu disponibilizou, no site EscolAR, cadernos de estudos e coletânea de vídeos da Hora do Enem, desenvolvida pela TV Escola. O projeto Pré-Enem Digit@l 2020 também produziu videoaulas, que estão disponíveis na playlist do Youtube da SeduES, com revisões de conceitos e discussões de questões que já foram abordadas em edições anteriores do Enem.

Tendo em vista a diversidade na oferta no ensino médio (noturno, em tempo integral, educação do campo, integrado à educação profissional, educação indígena e quilombola, EJA e socioeducação), essas orientações se complementam e se articulam às demais diretrizes das modalidades de ensino.

Os estudantes do ensino médio que apresentaram dificuldade de acesso a recursos digitais deverão realizar as avaliações no retorno às aulas presenciais, no formato online ou no formato impresso.

1.9.3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Os estudantes da EJA, que já têm a sua história marcada por exclusões, integram uma parcela ainda mais vulnerabilizada no contexto da pandemia, o que nos alerta para que suas condições de vida, sua rotina de trabalho e seus afazeres domésticos sejam considerados na organização de sua rotina de estudos.

As atividades da primeira semana de retorno às aulas presenciais devem dialogar com as experiências vividas pelos estudantes, tendo a pandemia e seus impactos como contexto multidisciplinar.

Para tanto, propomos que o acolhimento dos estudantes dessa modalidade seja feito por meio de Círculos de Diálogos para escuta sensível com proposições, sendo importante que os professores também falem de suas vivências, sentimentos e desafios.

Quanto ao diagnóstico, tendo em vista que neste ano os estudantes tiveram 30 dias letivos e, logo depois, iniciaram-se as APNP, por meio do Programa Escolar, o retorno às atividades presenciais deve considerar as aprendizagens durante esse tempo, conforme pontua a Portaria do Calendário Escolar 2020. Mesmo que muitos estudantes da EJA, devido às suas condições objetivas de vida, não tenham realizado integralmente as APNP, vivenciaram importantes experiências em suas moradias, em suas comunidades, em seus trabalhos. Essas experiências foram atravessadas pelos impactos da pandemia, o que os obrigou a reformular conceitos e a reaprender a fazer diariamente. Muitos tiveram que lidar com situação de desemprego ou informalidade, inclusive, contando com auxílio emergencial do Governo e com as cestas básicas da Sedu.

Propomos que, para o processo de planejamento e revisão dos planos de ensino dessa modalidade, as equipes pedagógicas considerem as avaliações diagnósticas já realizadas e realizem outras, considerando a carga histórica de saberes e experiências de vida e de trabalho no tempo vivencial, bem como os Objetivos de Aprendizagem e conteúdos trabalhados ao longo desses meses, por meio remoto ou impresso, respeitando quem não teve acesso às APNP, em sua integralidade. Essas avaliações podem ser feitas por meio de estratégias orais e escritas, por área de conhecimento, permitindo a identificação dos objetivos/conteúdos e aprendizagens essenciais que devem ser retomados por meio de propostas de intervenções pedagógicas.

No que diz respeito ao Realinhamento Curricular, a Portaria nº 092-R/2020, que define procedimentos complementares para o ano letivo de 2020 em interface com o ano letivo de 2021, admite o continuum curricular semestral, o que favorece o desenvolvimento dos objetivos de aprendizagem de cada área de conhecimento. Diante disso, as equipes pedagógicas deverão realizar o realinhamento curricular, observando a proposta de aprendizagem por meio de ciclos, os diagnósticos das aprendizagens e as Diretrizes de Realinhamento Curricular para a Educação de Jovens e Adultos, elaboradas pela equipe da Gerência de Educação de Jovens e Adultos (GEEJA) e por professores colaboradores.

Sugerimos o mapeamento geral e comparativo do que foi planejado, com o que foi trabalhado, tanto presencial quanto remotamente, e do que é prioridade e deve ser trabalhado ainda nesse ano escolar. Para estudantes que tenham o Enem como prioridade, orientamos que as equipes preparem planos de estudos específicos, indicando os materiais e as videoaulas produzidas pela Sedu para esse fim.

Nesse processo de realinhamento curricular, nossa proposta, é a ancoragem em temáticas integradoras trabalhadas por área de conhecimento, tendo o contexto atual como pilar.

Dialogando com Paulo Freire, cada pessoa, cada grupo envolvido na ação pedagógica, dispõe de conhecimentos adquiridos ao longo da vida por meio de suas vivências e de sua relação com o mundo. Faz mais sentido para estudantes da EJA, a apropriação de conteúdos que dialoguem com seus saberes experienciais de forma que, ao ampliá-los, produzam novos saberes e percebam seus sentidos e significados.

Além desse princípio fundante na EJA, a integração curricular também se constitui como uma concepção fundamental para o processo de ensino e aprendizagem de jovens e adultos. Integrar significa inter-relacionar dimensões, temáticas, ideias, de maneira a construir um todo que faça sentido e que perpassa o contexto escolar com a perspectiva de uma formação integral. Contudo, trabalhar de forma integrada pressupõe a superação da fragmentação do conhecimento em disciplinas engessadas, da separação entre trabalho manual e intelectual, entre o pensar e o agir, além da dicotomia entre saber popular e saber científico, afinal os saberes são múltiplos e se entrelaçam.

Sugerimos que as escolas, no processo de realinhamento do currículo, partam de temáticas integradoras em que as áreas de conhecimento/componentes curriculares identifiquem pontos de contato que sejam disparadores dos processos e que se articulem durante o ensino e a aprendizagem.

Com o sistema de revezamento a ser adotado no retorno às atividades presenciais, em razão da pandemia, cada área de conhecimento, a partir das temáticas integradoras, a escola pode propor planos de estudos que intercalem as atividades desenvolvidas no tempo institucional – escola com as atividades desenvolvidas no tempo vivencial – comunidade. Essas atividades devem partir da realidade, ser objeto de aprofundamento teórico e retornar à realidade como uma resposta à situação inicial, em um processo dialógico de reflexão-ação.

Os processos avaliativos também podem ser realizados na perspectiva da integração, propondo avaliações por área de conhecimento. Para a materialização dessa concepção, sugerimos às equipes pedagógicas: elencar temáticas integradoras, ouvindo também os estudantes; identificar os pontos de contato que podem ser trabalhados em cada área de conhecimento/componente; reorganizar o plano de ensino a partir desse processo, priorizando objetivos e conteúdos essenciais, considerando as diretrizes de realinhamento curricular para a EJA; e elaborar planos de estudos para as turmas/etapas considerando a articulação entre as atividades realizadas no tempo vivencial e as atividades realizadas no tempo institucional.

ORIENTAÇÕES POR ESPECIFICIDADES DA MODALIDADE:

a) EJA semipresencial regular:

Considerando que a EJA está organizada na forma semipresencial e semestral, compreendemos que a organização dos ciclos continuum, previstos na Portaria nº 092- R/2020, é uma estratégia curricular bem pertinente a esse momento de excepcionalidade na educação, por tratar os objetivos de aprendizagem de forma contínua e por assegurar a progressão continuada dos/as estudantes.

Nesse sentido, orientamos que as equipes escolares sejam rigorosas quanto ao alinhamento curricular e quanto às propostas de intervenções pedagógicas focadas nos conhecimentos ainda não apreendidos pelos estudantes. As escolas poderão considerar os conhecimentos trabalhados nas APNP realizadas no período de suspensão das aulas, valorizando as aprendizagens dos estudantes, com o cuidado de não prejudicar aqueles que estão acessando à escola nesse momento.

Atentamos para os estudantes que se encontram no primeiro segmento, ou seja, no ciclo destinado à apropriação da leitura e escrita. Em documento específico, apresentaremos algumas contribuições para esse processo.

Aos estudantes da EJA que necessitam concluir seus estudos de forma mais rápida por conta de exigência do trabalho, por exemplo, sugerimos que optem pela matrícula nos Ceeja e Neeja, lembrando que, nessas unidades, a oferta dá-se, também, de forma semipresencial, contudo com a possibilidade de concluir os estudos por módulos ou fascículos no tempo que os estudantes dispõem para os estudos individuais, para receber as orientações dos professores e realizar as provas. Na ocasião da matrícula, os referidos Centros e Núcleos farão o devido aproveitamento de estudos, conforme legislação vigente.

b) Centros de Educação de Jovens e Adultos (Ceeja) e Núcleos de Educação de Jovens e Adultos (Neeja)

Os Ceeja e Neeja têm operado, durante esses meses, de forma não presencial utilizando a plataforma CEEJA VIRTUAL, na qual os estudantes, além de estudarem os módulos e fascículos, podem realizar avaliações que serão somadas às avaliações conclusivas a serem realizadas presencialmente.

No retorno às atividades presenciais, os Ceeja e Neeja devem, inicialmente, providenciar o planejamento e reestruturação dos planos de estudos, bem como os agendamentos para os encontros dos estudantes com os professores. É necessária a realização das avaliações presenciais, garantindo a reposição dos atendimentos e avaliações até dezembro de 2020, orientando pedagogicamente os estudantes.

É preciso também, maximizar o número de agendamentos de atividades e avaliações em turnos extras de funcionamento em cada dia letivo, conforme a disponibilidade e a deliberação dos diretores, respeitando as normas sanitárias. Além disso, aumentar, em caráter excepcional, o número de avaliações agendadas por estudante a se realizar no mesmo dia, de acordo com a avaliação técnica de cada caso pela equipe pedagógica das unidades.

A ocorrência de atividades não presenciais e de avaliações somativas via plataforma deve possibilitar que estudantes que têm acesso a equipamentos tecnológicos e à internet possam otimizar seus estudos.

Lembramos a importância de estimular e receber novas matrículas de estudantes com as legislações vigentes.

c) Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional (EJA Profissional)

No que concerne especificamente ao Curso Técnico de Nível Médio em Administração na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada à Educação Profissional, recomendamos seguir as propostas anteriores, agregando outras que poderão surgir a partir das assessorias remotas que já vêm sendo realizadas.

Quanto ao alinhamento curricular, reforçamos a necessidade de um trabalho de articulação entre as etapas ensino médio, ensino técnico e formação para mundo do trabalho, com vistas à garantia da formação profissional e integral do estudante, considerando os objetivos de aprendizagem/conteúdos estruturantes propostos nas Diretrizes

de Alinhamento Curricular para a EJA. A partir desse alinhamento, as equipes pedagógicas podem propor atividades extras com o intuito de trabalhar, por meio de atividades remotas e ou impressas a serem realizadas no tempo vivencial, objetivos de aprendizagem/conteúdos considerados complementares.

A Gerência de EJA disponibilizará, a título de complementação à práxis docente, roteiros didáticos referentes ao Curso Fundamentos do Mundo do Trabalho, elaborados pela Secretaria Municipal de Educação de Vitória/Coordenação de Educação de Jovens e Adultos nos anos de 2018 a 2020. Os referidos roteiros apresentam o trabalho como categoria central e podem ser ressignificados na perspectiva do Ensino Médio, caso os professores considerem necessário.

d) A Educação nas Unidades Socioeducativas – Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (Iases)

Considerando que a Educação é condição para a Socioeducação, as diretrizes pedagógicas propostas para serem desenvolvidas com os estudantes, durante o período de suspensão de atividades presenciais, foram elaboradas em articulação pela GEEJA/GEIEF/GEM/SEDU e pela SUESP/GMSE/DSE/IASES, com o apoio do Programa Justiça Presente, do Conselho Nacional de Justiça e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (CNJ/PNUD), com o objetivo de estabelecer vínculos e fortalecer os princípios do respeito à dignidade da pessoa humana, aos direitos humanos, à equidade e à justiça social.

Sendo assim, cada escola referência, em articulação com as Unidades Socioeducativas de Internação e Internação Provisória, elaborou um plano de trabalho pedagógico, que foi monitorado e avaliado regularmente.

Para o retorno às atividades presenciais, a Sedu e o Iases elaborarão diretrizes específicas, de acordo com a Portaria conjunta SEDU/SESA nº 01-R, de 08 de agosto de 2020. Quanto ao calendário escolar de 2020, as escolas referência deverão ajustá-lo conforme as orientações da Portaria nº 092-R/2020.

Diante do exposto, deve-se atentar-se para algumas questões fundamentais, como: a) a necessidade de as equipes pedagógicas tecerem diálogos com os estudantes, sempre em articulação com os profissionais que compõem a comunidade socioeducativas; b) a apropriação dos dados quantitativos e qualitativos provenientes dos instrumentos de monitoramento por toda a equipe das escolas e unidades socioeducativas, com vistas à realização de rodas de conversa sobre temas diversos, culminando com oficinas para construção de mapas mentais; c) a elaboração de Cartografia imaginária sobre temas diversos vinculados ao mundo pós-pandemia trabalhados nas APNP ; d) a realização de diagnóstico contínuo do aproveitamento escolar com vistas ao alinhamento curricular, que poderá ser feito à luz de temas integradores, por área de conhecimento, considerando os objetivos de aprendizagem/habilidades estruturantes do Currículo; e) a implantação de proposta de intervenção pedagógica com categorização de estudantes por necessidades formativas sem, necessariamente, ater-se ao ano/etapa letiva e a horários fixos para cada disciplina; e, f) a adoção de estratégia de complementação de estudos para o ano de 2021, como retomada de objetivos de aprendizagem não alcançados/desenvolvidos.

e) Educação nas Unidades Prisionais – Secretaria da Justiça (Sejus)

A oferta da EJA nas Unidades Prisionais, em tempos de pandemia, demandou ainda mais atenção e cuidado do Grupo de Trabalho (GT) formado pela Sedu e Sejus, haja vista suas especificidades. Assim, o referido GT, em articulação com as SRE, com as escolas referência e com as escolas exclusivas, e com o apoio do Programa Justiça Presente (CNJ/PNUD), elaborou diretrizes pedagógicas pautadas no eixo Educação, Trabalho e Saúde.

A partir dessas diretrizes, as escolas elaboraram planos de trabalho pedagógicos para a manutenção do atendimento educacional, em articulação com as Unidades Prisionais. Entretanto, no decorrer do processo, preocupados com a contaminação dos estudantes internos e com a segurança dos envolvidos, e em cumprimento às normas advindas da Secretaria Estadual de Saúde (Sesa), da Sedu e da Sejus, assim como dos decretos do governo do estado, os planos de trabalho não puderam ser desenvolvidos em sua totalidade.

Diante disso, para o retorno às atividades presenciais, a Sedu e a Sejus elaborarão novas diretrizes em consonância com a Portaria conjunta SEDU/SESA nº 01-R, de 08 de agosto de 2020, envolvendo, inclusive, as equipes de saúde das prisões. Além disso, um novo calendário letivo será elaborado a partir das orientações contidas na Portaria nº 092- R/2020.

Nesse processo, algumas estratégias pedagógicas devem ser elencadas, dentre elas: a avaliação diagnóstica por meio de entrevistas, rodas de conversa e atividades escritas; o alinhamento curricular, como já dito anteriormente, considerando as especificidades dessa oferta; a elaboração de projetos de leitura e escrita como propostas de intervenção e apoio à aprendizagem; o sistema de monitoria formado por estudantes internos para o apoio à aprendizagem; a elaboração de planos de estudo para estudantes que tenham o Enem como foco prioritário.

1.9.4 EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

A pandemia da Covid-19, provocou mudanças no uso e na organização do espaço escolar, no relacionamento com os estudantes e nas formas de ensino e aprendizagem. Os acontecimentos recentes, impactam diretamente os componentes curriculares, as práticas educativas e as metodologias trabalhadas no modelo pedagógico da Educação em Tempo Integral. Diante da importância da continuidade das estratégias e práticas pedagógicas desenvolvidas na parte diversificada do Currículo e de outros procedimentos realizados nas instituições com essa oferta, seguem as orientações com as especificidades para o retorno às aulas presenciais nas escolas com oferta de Educação em Tempo Integral. Com o objetivo de apoiar as escolas e os professores, foram disponibilizadas no site EscoLAR atividades complementares de auxílio ao trabalho pedagógico com os princípios da Educação em Tempo Integral. Também, estão disponíveis no Youtube da SeduES a playlist com os 7 (sete) webinários realizados com a participação da rede estadual sobre as práticas exitosas da parte diversificada do currículo da Educação em Tempo Integral.

Quanto às salas temáticas e espaços de convivência, deve-se ficar atentos às orientações do Capítulo VII da Portaria Sedu/Sesa nº 01-R/2020, quanto à adequação dos espaços físicos e respeito ao distanciamento físico. Nesse senti-

do, é preciso suspender as trocas de salas dos estudantes e aulas em salas temáticas, para diminuir a circulação de pessoas e realizar intervenções nos espaços físicos com recursos criativos, artísticos e inovadores, a fim de promover ambientes afetivos e acolhedores, que possam oferecer bem-estar à comunidade escolar, atentando-se sempre às normas sanitárias e de distanciamento físico.

O acolhimento diário na entrada da escola e nas salas de aula devem continuar sendo realizados com cumprimento das medidas de segurança sanitária, evitando contato físico e respeitando o distanciamento, conforme disposto no Artigo 10, inciso IX da Portaria Sedu/Sesa nº 01-R/2020, de modo a realizar a manutenção e o fortalecimento dos vínculos afetivos e o exercício da Pedagogia da Presença.

As reuniões de fluxo semanais devem ser mantidas para organização, monitoramento e planejamento previsto no Plano de Ação da escola, priorizando encontros não presenciais.

Considerando que a centralidade da Educação em Tempo Integral são os projetos de vida dos estudantes, o foco do trabalho pedagógico nesse componente curricular deve ser o desenvolvimento de novas aprendizagens, considerando a formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais. Deve-se usar a própria sala de aula da turma e não mais a sala específica de Projeto de Vida para a realização das aulas, utilizando o material estruturado e recursos metodológicos diversificados, como literatura, filmes, desenhos, vídeos e outros materiais criativos e artísticos. na perspectiva do modelo híbrido.

Os monitoramentos realizados junto às escolas com oferta de Educação em Tempo Integral evidenciaram ainda mais a importância da tutoria para a melhoria dos resultados de aprendizagem, sobretudo, durante o momento atípico em decorrência da Pandemia do Covid-19. Por essa razão, enfatiza-se que o tutor continua responsável pelo acompanhamento do desempenho acadêmico do seu tutorado, priorizando, na tutoria individual, o atendimento não presencial, utilizando os recursos acessíveis ao tutor e ao tutorado. Excepcionalmente, em caso de não acesso à comunicação remota, possibilita-se o atendimento presencial, respeitando as medidas sanitárias e de distanciamento físico.

Considerando que a Tutoria Coletiva envolve estudantes multisseriados ficam suspensos os encontros para Tutoria Coletiva, em razão das medidas sanitárias. A aula reservada à Tutoria Coletiva será destinada ao Estudo Orientado, a fim de realizar estratégias de avaliação diagnóstica, de nivelamento e recuperação das aprendizagens dos estudantes, sendo que a suspensão da Tutoria Coletiva presencial não exclui a possibilidade do atendimento coletivo não presencial.

Todas as aulas de Estudo Orientado são destinadas ao desenvolvimento da autonomia intelectual do estudante, à melhoria do seu desempenho acadêmico e incentivo à organização, foco, planejamento e autodidatismo no processo educativo, tendo isso em vista a aula de Estudo Orientado acontecerá por turma, evitando-se a circulação dos estudantes, sendo que uma das aulas deverá ser destinada prioritariamente para avaliação diagnóstica e estratégias de nivelamento, possibilitando também APNP para serem realizadas durante o revezamento. Os professores dos componentes da Base Comum Curricular são responsáveis pelo planejamento de atividades para serem realizadas no Estudo Orientado.

Considerando que os encontros de Tutoria Coletiva estão suspensos, a aula reservada a essa metodologia será destinada exclusivamente para o Estudo Orientado, conforme supracitado.

Considerando o revezamento dos grupos de estudantes para realizar atividades presenciais, orienta-se que, segundo o Artigo 9º, inciso XXIII da Portaria Sedu/Sesa nº 01-R/2020, os laboratórios sejam utilizados somente caso o professor considere essencial para o atingimento dos objetivos de aprendizagem. É recomendado utilizar todas as medidas de distanciamento, uso de equipamentos e higienização previstos na portaria. Ainda de acordo com o Artigo 9º, incisos VI e IX da Portaria Sedu/Sesa nº 01- R/2020, é importante nessa metodologia priorizar a utilização de espaços abertos e arejados e, em caso de impossibilidade, permanecer com janelas e portas abertas. As atividades de práticas experimentais devem oportunizar reflexões sobre o conhecimento aplicado no cotidiano, a fim de produzir sentido e significado ao que se aprende, oferecendo também APNP para serem realizadas durante o revezamento.

Considerando que os componentes curriculares Pensamento Científico e Protagonismo têm material de aulas estruturadas, orienta-se a continuidade do trabalho pedagógico, seguindo material estruturado, na medida do possível, priorizando o estudo teórico, reflexões e discussões durante o período presencial na escola, possibilitando também as APNP para serem realizadas durante o revezamento.

Considerando que a orientação recebida na formação inicial é de que os Clubes de Protagonismo aconteçam em turmas multisseriadas, ficam suspensas as turmas multisseriadas, evitando circulação e aglomeração, sendo organizado de acordo com as turmas já existentes na escola. Mantém-se a autonomia dos estudantes para seleção de temáticas dos seus interesses, que possibilitem reflexões durante o funcionamento dos clubes de protagonismo. Cada turma deverá ser orientada por um ou mais professores na condição de “padrinhos” ou “madrinhas”, que apoiam as atividades pedagógicas a serem realizadas e protagonizadas pelos estudantes. Esses devem ser incentivados à realização de reflexões e atividades de intervenção nos seus contextos socioculturais, de modo, que pratiquem o protagonismo estudantil. A turma, juntamente com o professor “padrinho” ou “madrinha”, deverá propor, em um primeiro momento, soluções para problemas identificados no âmbito da unidade escolar, e, em um segundo momento, soluções para problemas identificados no âmbito da comunidade do entorno da escola. Essas soluções devem trazer à reflexão o momento histórico social vivido.

Considerando que a orientação recebida na formação inicial é de que as eletivas aconteçam em turmas multisseriadas, também, ficam suspensas as turmas multisseriadas, evitando circulação e aglomeração, sendo organizadas de acordo com as turmas já existentes na escola. Deverá ser considerado o período de duração da eletiva como trimestral - e não mais semestral - para realização das atividades. Mantém-se a autonomia e o protagonismo do estudante para a seleção, em conjunto com seus professores, de temáticas que sejam de seu interesse, conforme os temas integradores definidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pelo Currículo do Espírito Santo. A escolha de temas, prioritariamente, relacionada ao contexto histórico e social vivido, a partir do diálogo e participação dos estudantes e suas respectivas turmas, deverá ser incentivada e possibilitada. Deve definir-se, preferencialmente, dois professores para acompanhar cada turma, sendo possível o acompanhamento de apenas um, caso a escola não disponha de quantitativo suficiente para a formação de duplas. Cabe aos Pedagogos e Coordenadores Pedagógicos

junto aos professores, a articulação da interdisciplinaridade por meio de parceria com outros professores e eletivas. Todos os professores devem ser incluídos na realização das Eletivas.

Conforme Artigo 9º, inciso XIX da Portaria Sedu/Sesa nº 01-R/2020, devem ficar suspensas as atividades coletivas de esporte, teatro e dança, devido ao risco que a atividade importa.

É importante considerar que o momento vivido é atípico e, por isso, exige adaptação e reinvenção. Essas orientações foram pensadas principalmente para não perder as características centrais da Educação em Tempo Integral e da qualidade das aprendizagens e, ao mesmo tempo, cuidar da integridade, principalmente relativa à saúde, de cada um dos estudantes, suas famílias e os profissionais da equipe escolar. Conforme supramencionado, as unidades escolares têm autonomia para buscar estratégias inovadoras na aplicação dessas orientações, no entanto, destaca-se a necessidade de cumprimento das normas sanitárias e de distanciamento físico.

1.9.5 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

No que se refere ao desenvolvimento das atividades pedagógicas nos cursos técnicos ofertados nas formas subsequente, concomitante e integrada ao ensino médio, é necessário que as equipes pedagógicas e que os professores realizem planejamento com vistas ao cumprimento do Plano de Curso e suas respectivas ementas, com especial atenção aos componentes curriculares da Base Técnica que devem ser abordados em sua integralidade.

Para tanto, orientamos que o planejamento pedagógico considere as diretrizes curriculares e metodológicas dispostas neste documento, adequadas às necessidades de cada forma de oferta (subsequente/concomitante e Integrado). Nos cursos técnicos integrados ao ensino médio essa articulação deverá se dar não somente entre a parte técnica, mas deverá contemplar as disciplinas da Base Nacional Comum em seus potenciais integradores, favorecendo a aprendizagem dos estudantes. Nos cursos técnicos subsequentes/concomitantes ao ensino médio essa metodologia poderá ser enriquecida entre os conteúdos técnicos afins, em suas habilidades e competências e observando o perfil do egresso do curso.

Para facilitar o planejamento de APNP pelos professores foi organizada uma lista de sugestões com conteúdos a serem desenvolvidos por disciplina de cada curso técnico. Tal lista encontra-se disponibilizada no site EscoLar. Com relação aos componentes curriculares de natureza prática, orientamos que a organização do horário das aulas garanta que esses componentes sejam trabalhados presencialmente, contemplando o uso de laboratórios e o desenvolvimento das atividades práticas, conforme previsto na Resolução CEE Nº 5447 DE 20/03/2020.

Considerando que alguns componentes curriculares apresentam conteúdos híbridos (teóricos e práticos), orientamos que para atender a necessidade de uso dos laboratórios nos conteúdos práticos, sejam organizados nas unidades escolares os tempos necessários para o seu desenvolvimento. Quanto a parte teórica, os conteúdos poderão ser desenvolvidos por meio de APNP.

Quanto à utilização dos laboratórios, salientamos a importância de atendimento aos protocolos estabelecidos nos artigos 9 e 14 da Portaria Conjunta SEDU/SESA N° 01-R, de 08 de agosto de 2020, que estabelece medidas administrativas e de segurança sanitária a serem tomadas pelos gestores das instituições de ensino no retorno às aulas presenciais, e dá outras providências.

A partir do conceito de avaliação diagnóstica constante neste documento, reforçamos a importância desse processo para que os professores dos componentes curriculares da base técnica verifiquem a existência, ou não, das habilidades e das competências pré- estabelecidas em seus planos de ensino e norteiam o seu planejamento. Na avaliação diagnóstica é necessário considerar as aprendizagens previstas para cada trimestre letivo de 2020, os conteúdos trabalhados no período anterior à suspensão das aulas e os conteúdos trabalhados nas APNP.

Desse modo, destacamos a relevância dos papéis desempenhados pelo pedagogo, coordenador de curso e professores neste processo de diagnose. O papel do pedagogo na Educação Profissional está voltado para a ação de gestão e organização do trabalho educativo, com a finalidade de efetivar o processo de ensino e aprendizagem, e sua relação com o coordenador de curso, que possui conhecimentos aprofundados das disciplinas específicas que compõem o currículo de cada curso.

Nesse sentido, cabe ao pedagogo no processo de realização da avaliação diagnóstica:

- Conhecer as especificidades da educação profissional no sentido de promover ações que valorizem os conhecimentos e experiências dos estudantes, suas realidades sociais e culturais;
- Ter conhecimento da Proposta de Plano de Curso - PPC e garantir seu conhecimento e alinhamento a toda equipe, visando a formação e desenvolvimento dos estudantes/trabalhadores no desempenho de suas atividades profissionais;
- Manter diálogo constante com o coordenador de curso, para auxiliar pedagogicamente por meio de estratégias e metodologias diferenciadas que levem os estudantes melhor desempenho na aprendizagem;
- Orientar junto com o coordenador de curso o desenvolvimento de questões que valorizem a aprendizagem significativa e contextualizada;
- Estar atento às dificuldades/adaptações surgidas e orientar quanto a busca de soluções viáveis a equipe, garantindo o direito do estudante de aprender;
- Supervisionar a qualidade do material produzido e sua relação direta com o proposto na PPC, atendendo ao perfil do egresso do curso;
- Possibilitar a troca de experiências exitosas entre os professores da BNC e os de área técnica.

E cabe ao Coordenador de Curso:

- Mapear junto com os professores os conteúdos da área técnica que foram trabalhos no semestre/ano anterior, com objetivo de avaliar a efetividade da aprendizagem;
- Orientar e apoiar os professores na elaboração das questões (itens) da avaliação diagnóstica, valorizando a aprendizagem significativa e contextualizada;
- Acompanhar a processo de elaboração, identificando as necessidades dos professores e assumindo o papel de

- articulador junto ao pedagogo no exercício de sua função;
- Dar feedback aos professores quanto às demandas apresentadas sobre dificuldades encontradas.

1.9.6. EDUCAÇÃO DO CAMPO, QUILOMBOLA E INDÍGENA

Considerando as especificidades das escolas do campo, indígena e quilombola, as turmas com poucas matrículas, respeitado o distanciamento social, o revezamento, se necessário, pode ocorrer por turma e não por estudantes, a critério e avaliação das respectivas unidades escolares, levando-se em consideração o tamanho do espaço físico das salas de aula e o número de turmas da escola.

Para as escolas do campo, propomos um sistema de retorno às atividades presenciais, com revezamento dos estudantes, conforme orientações neste documento, inspiradas em elementos da Pedagogia da Alternância, experiência que já ocorre na rede estadual de ensino.

A Pedagogia da Alternância, como o próprio nome sugere, alterna períodos na escola com períodos em casa/comunidade, considerando a realidade dos estudantes a partir de uma estreita ligação entre esses dois momentos de ensino e aprendizagem. A Pedagogia da Alternância em sua integralidade, enquanto modelo pedagógico metodológico, possui princípios definidos e utiliza-se de instrumentos como: temas geradores; ensino interdisciplinar; plano de estudo; caderno da realidade; caderno de acompanhamento; visitas técnicas; visitas às famílias; avaliação contínua e permanente; plano de formação de professores; e outros.

Desse modo, vale ressaltar que não pretende-se aplicar a Pedagogia da Alternância em sua totalidade e complexidade pedagógica e metodológica. Porém, podemos utilizar e adaptar alguns de seus instrumentos que possam auxiliar e contribuir no processo de ensino e aprendizagem nesse contexto adverso e que requer outras alternativas. Diante disso, sugerimos a implementação do uso do Caderno de Acompanhamento, por exemplo.

O Caderno de Acompanhamento é um instrumento pedagógico que pode ser utilizado no auxílio de estudantes e professores no desenvolvimento das APNP no período de Estudos Não Presenciais. Assim, os estudantes devem fazer uso desse Caderno para realizar as APNP.

Recomenda-se o uso do Caderno de Acompanhamento para os estudantes do Ensino Fundamental, principalmente, nas séries iniciais. Desse modo, o professor poderá acompanhar com maiores detalhes a aprendizagem dos estudantes, além de ser um meio de comunicação com os mesmos e com os familiares.

As escolas do campo multisseriadas, ou seja, que dispõem exclusivamente de turma multisseriada em determinado turno e que possuem número de matrículas igual ou inferior à metade da capacidade física da sala de aula, ficam isentas de aderir do regime de revezamento.

A EEIEM Aldeia Caeiras Velha, de Educação Indígena, enquadra-se no Artigo 21 da Portaria Conjunta SEDU/SESA N.º

01-R, de 08 de agosto de 2020 e nas decisões que constam na Medida Cautelar do Supremo Tribunal Federal conforme orientações quanto aos povos indígenas - ADPF 709 MC/DF de 06 de agosto de 2020.

A EEEF Graúna, de Educação Quilombola, deverá adotar o revezamento dos estudantes entre estudos presenciais e estudos não presenciais para todas as turmas, haja vista se enquadrarem na proposta mencionada anteriormente, onde o número de matrículas de todas as turmas é superior à metade da capacidade física da sala de aula.

Os documentos curriculares da rede pública estadual reforçam a necessidade de uma organização didático-pedagógica própria, que atendam às necessidades dessas comunidades e contextualize as propostas educacionais, considerando suas especificidades, independente da proposta pedagógica/metodológica adotada.

1.9.7 EDUCAÇÃO ESPECIAL

Embora alguns estudantes público-alvo da educação especial apresentem condições de saúde que os incluem nos grupos de risco da Covid-19, o laudo médico de deficiência, por si só, não pode ser aceito como justificativa para que esses estudantes não retornem aos estudos presenciais.

Nesse sentido, e considerando que não existe correlação automática entre deficiência e risco, a decisão sobre o retorno dos estudantes com deficiências segue as mesmas orientações direcionadas aos demais estudantes.

Como ponto de partida para desenvolver estratégias que atendam às diferentes necessidades de aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial, devemos considerar uma avaliação diagnóstica individual da aprendizagem, bem como dos impactos do período de isolamento social no desenvolvimento de cada um desses estudantes.

O planejamento de ensino a ser desenvolvido no retorno às atividades presenciais, deverá considerar: o Estudo de Caso; o Plano de Atendimento Educacional Individualizado para o período de isolamento social; a Avaliação Diagnóstica, conforme orientações gerais, direcionadas aos demais estudantes; a atenção às medidas específicas de prevenção ao contágio da Covid-19, direcionadas ao público da educação especial, apresentadas neste documento.

Em atendimento ao §3º da Portaria conjunta SEDU/SESA nº 01-R, de 08 de agosto de 2020, apresentamos, a seguir, medidas adicionais específicas estabelecidas para atendimento aos estudantes público-alvo da educação especial no ambiente escolar.

Aos estudantes com deficiência que demandam apoio nas rotinas de higienização, alimentação e locomoção, deve ser resguardado o direito ao profissional de apoio escolar, ou seja, ao cuidador, em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessário, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, conforme disposto no inciso XII da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Recomenda-se aos cuidadores, bem como aos tradutores/intérpretes, que além da importância de não apresenta-

rem nenhum dos sintomas causados pela Covid-19, redobrem as medidas de prevenção ao contágio e mantenham o distanciamento social em relação aos demais estudantes, professores e funcionários da escola. Esses profissionais devem ser contabilizados no número limite de pessoas em cada turma.

A necessidade do uso de máscara pelos estudantes público-alvo da educação especial é complexa e exige uma avaliação individualizada:

- aos estudantes com deficiência auditiva ou surdos, cuja comunicação envolve o uso de expressões faciais e/ou a leitura labial, bem como a seus professores, tradutores/intérpretes e colegas de turma, recomenda-se o uso de máscaras transparentes ou de protetor facial transparente, devendo a escola providenciar esses Equipamentos de Proteção Individual (EPI) específicos. Essas mesmas orientações se aplicam aos professores que atuam em regime de atendimento educacional hospitalar;
- estudantes com redução dos movimentos dos membros superiores e que não conseguem remover a máscara com autonomia devem ser desobrigados do uso, uma vez que há risco de sufocamento, conforme recomendação da OMS;
- alguns estudantes com deficiência intelectual ou com transtornos do espectro do autismo podem apresentar hipersensibilidade no uso das máscaras faciais, gerando comportamentos disruptivos e até autolesivos;
- os profissionais de apoio aos estudantes com deficiência devem fazer uso de máscaras durante todo o tempo que permanecerem na escola;
- o procedimento de higiene, bem como a troca das máscaras e de outros eventuais equipamentos de proteção, deverá ser feito pelo profissional de apoio antes do atendimento a cada novo estudante.
- os estudantes que apresentam dificuldades ou impossibilidade para a execução da lavagem ou desinfecção adequada das mãos precisam receber apoio;
- estudantes que fazem uso de cadeiras de rodas e constantemente tocam essas rodas, devem lavar as mãos com maior frequência e ter à disposição e em fácil alcance, álcool gel 70% para higienização das mãos e das rodas.

ORIENTAÇÕES PARA CUIDADORES DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Considerando que os estudantes com deficiência visual utilizam as mãos como principal recurso para a aquisição do conhecimento por meio do tato, faz-se necessária a disponibilização, por parte da unidade escolar, de álcool em gel em frasco individual para cada estudante, para que sejam higienizadas as mãos e todos os objetos que forem tocar, inclusive bengalas, se for o caso.

É importante avaliar a necessidade de apoio à higienização das mãos e dos objetos do estudante com deficiência visual, considerando, inclusive, a possibilidade de essa necessidade ser realizada por um adulto, ou mediada por ele, a

depende do nível de autonomia ou dependência do estudante. De igual modo, o uso de máscaras também poderá ser orientado por um adulto, podendo o professor colaborar nessa orientação.

Recomenda-se, ainda, que estudantes e cuidadores de pessoas com deficiência visual no ambiente escolar adotem as orientações dadas pela Nota Técnica Covid-19 nº 14/2020 SESA/SSAS/GROSS/NEAE-RCPD:

- o tato é um sentido muito explorado, por isso lave as mãos com frequência e principalmente após tocar em mapas táteis, corrimãos, maçanetas, entre outros;
- utilize álcool em gel 70%;
- limpar objetos que são tocados com frequência, incluindo a bengala longa, com água e sabão e com álcool 70%;
- orientar que, ao receber ajuda, o estudante procure segurar no ombro, evitando tocar nas mãos ou cotovelo de quem irá guiá-lo, uma vez que a recomendação é de que ao tossir ou espirrar, as pessoas o façam no meio do braço.

Os guias-intérpretes que acompanham os estudantes surdocegos nas atividades escolares deverão orientar e monitorar os cuidados relativos à prevenção e ao combate ao Covid-19, incluindo a maneira correta de higienizar as mãos e de utilizar a máscara. A higienização dos espaços e objetos poderá ser realizada por um adulto vidente, uma vez que o estudante pode apresentar dificuldades para fazê-lo com autonomia. Merece especial atenção o fato do constante e indispensável contato físico entre o professor especializado e o estudante surdocego, recurso indispensável à comunicação, devendo, portanto, serem reforçados os cuidados de higiene de ambos.

O atendimento aos estudantes com deficiências intelectual, múltiplas e com Transtorno do Espectro Autista podem demandar apoio individualizado em virtude de algumas especificidades. Nesse contexto, algumas considerações merecem especial destaque, a saber:

- podem ter dificuldade de compreender algumas recomendações;
- as orientações devem ser dadas de forma objetiva;
- deve-se certificar que as orientações foram compreendidas;
- podem apresentar autonomia reduzida nas rotinas de higienização.

É importante manter uma rotina de orientação aos estudantes público-alvo da educação especial sobre os cuidados pessoais necessários e as medidas de prevenção e controle da transmissão da Covid-19 em linguagem acessível a todos, conforme os protocolos estabelecidos no Art.11 da Portaria Conjunta SEDU/SESA nº 01/2020.

2. ASPECTOS PSICOSSOCIAIS

2.1 ACOLHIMENTO AOS PROFESSORES

O acolhimento aos professores e demais funcionários da escola deverá ser realizado na Etapa 1, na semana anterior ao retorno às aulas presenciais. É importante reservar um momento para escuta das experiências e sentimentos vivenciados no período de pandemia e isolamento social. Destaca-se como fundamental a continuidade do reconhecimento de todo trabalho realizado, a valorização do esforço e da busca para se adaptar à realidade, atendendo às necessidades da escola. Respeitar o tempo e a forma de ser de cada membro da comunidade escolar é atuar com empatia e sensibilidade. Todos estão assimilando novos processos, construindo e aprendendo juntos. A relação de confiança da equipe deve ser estimulada e trabalhada por meio de boa comunicação e sinceridade. Reconhecer cada esforço feito é fundamental, assim como estimular o incentivo mútuo entre os profissionais.

Esse momento deverá servir também para orientar sobre os protocolos de higienização e de convivência, o que deve ser reforçado insistentemente para o devido cumprimento. O material de orientação para essa atividade será oferecido pela Sedu às escolas da rede pública estadual e, em parceria com a Undime, também para as redes municipais.

2.2 ACOLHIMENTO DOS ALUNOS

Sabemos que a escola possui uma função que vai além das aprendizagens de conhecimentos formais e que, em seu espaço, manifestam-se sentimentos que devem ser ouvidos e acolhidos, garantindo que cada estudante e/ou profissional seja percebido em sua integralidade.

No retorno às aulas presenciais, a empatia e o cuidado deverão permear todas as práticas, tendo em vista que os estudantes, os professores e os demais profissionais que atuam na escola, incluindo os gestores, estão passando por adaptações emocionais, físicas, sociais e cognitivas que exigem muito de cada um. Além disso, é comum que alguns, mais do que outros, estejam vivenciando ansiedade, medo, sensação de insegurança, desemprego repentino, desamparo, o que pode impactar a vida emocional, financeira e as relações no núcleo familiar e social. Sendo assim, é importante traçar estratégias sensíveis e cautelosas, pautadas em EMPATIA, ESCUTA, PACIÊNCIA e ACOLHIMENTO.

O acolhimento aos estudantes também exige planejamento e deve ser compartilhado com a equipe de profissionais, para que toda a escola esteja alinhada com os princípios norteadores de escuta, acolhimento, paciência e empatia.

Pode ser organizada uma atividade com os alunos, seja por turma, ou de acordo com



a dinâmica desejada pela escola, para dar continuidade às discussões sobre a pandemia, desenvolvidas nas atividades pedagógicas não presenciais, visando à comunicação das diretrizes de biossegurança e também para ouvir sobre o que viveram e sentiram durante o distanciamento social, os efeitos que persistem, assim como medo ou outras preocupações. Neste momento também é essencial refletir sobre as BOAS EXPERIÊNCIAS (como se cuidaram, o que aprenderam, como se comunicaram) ações de resiliência, SOLIDARIEDADE e compaixão são importantes de serem compartilhadas, respeitando cada sujeito em suas possibilidades e particularidades evitando causar constrangimentos.

Portanto, esse momento deverá ser planejado e realizado pela equipe escolar, a partir da realidade local, com a efetiva participação e envolvimento dos alunos (líderes de turma, grêmios e outros grupos de trabalho escolar), tendo como objetivo acolher, observar os aspectos socioemocionais e potencializar o espaço de fala e escuta dos alunos. Deverá servir também para orientação sobre os protocolos de higienização e de convivência, o que deve ser reforçado insistentemente para o devido cumprimento.

Sugestões de ações para acolhimento e convivência:

- espalhar pela escola cartazes que informem as medidas de biossegurança, mas também aspectos sobre empatia, respeito, autocuidado, cuidado com o outro, incluindo temáticas que valorizem o momento de retorno;
- considerando as limitações para a interação de muitas pessoas, inclusive no(s) intervalo(s), verificar a possibilidade de colocar música no pátio, para as escolas que ainda não o fazem;
- propor para os alunos a construção de projetos que tragam novas formas de comunicação e afeto, que não necessitam necessariamente de proximidade ou contato físico;
- construir junto com os alunos murais, preferencialmente virtuais, ou outras formas de expressão acerca dos aprendizados adquiridos no período em que as aulas estavam suspensas ou sobre as experiências novas que viveram durante o isolamento social;
- a fim de aliviar a tensão que a pandemia produz, é interessante a construção de estratégias que direcionem a atenção para outros temas que não foquem exclusivamente na temática da COVID-19;
- outras possibilidades de atividades e abordagens podem ser encontradas na Rotina de Acolhimento dos estudantes, elaborada pelo Instituto Unibanco, em parceria com a Sedu, e disponível no site <https://apoie.edu.es.gov.br/em-tempos-de-pandemia>.

Sugere-se, ainda, a criação de um Diário de Bordo, por turma, que poderá ser um caderno físico ou até mesmo virtual, no qual a equipe de professores poderá registrar informações importantes da turma ou de alunos (de forma individualizada) para que, nos momentos de planejamento, toda equipe pedagógica possa analisar os registros, trocar ideias e informações, e traçar estratégias de intervenção.

2.3 PLANO DE CONVIVÊNCIA

No acolhimento aos profissionais e estudantes, é preciso entender que algumas manifestações de irritabilidade ou de isolamento, que eventualmente ocorram, não são necessariamente dirigidas ao gestor ou a quem conduz a es-

cuta. Tais comportamentos podem ser reflexo do estresse emocional que o momento traz. Aos gestores que, pela característica do cargo, geralmente recebem mais informações e demandas, sugere-se que se observem e sejam gentis consigo mesmos, visando não se cobrarem excessivamente, uma vez que as soluções para os desafios que surgirem devem ser construídas de forma colaborativa e em rede.

Pode ocorrer, nos momentos de escuta e acolhimento, a manifestação de sentimentos que indiquem a necessidade de encaminhamento para auxílio de profissionais de saúde mental. A sensibilidade quanto a isso será primordial, uma vez que nem todas as questões psicológicas e emocionais apresentadas poderão ser qualificadas como doenças. A maioria poderá ser classificada como reação normal diante de uma situação anormal, a pandemia. É importante procurar entender a perspectiva da própria pessoa acerca daquilo que está sentindo e envolver o núcleo familiar, nos casos dos estudantes.

Outro aspecto importante a ser abordado para a CONVIVÊNCIA no retorno às aulas pós-pandemia é o RESPEITO aos colegas e/ou aos profissionais que testarem positivo para Covid-19, ou mesmo que apresentarem alguns sintomas designados como sendo típicos da doença. É tarefa de todos na escola, incluindo alunos, disseminarem INFORMAÇÕES e ORIENTAÇÕES, e não discriminarem ou culparem quem venha a ser acometido pela doença. O momento é de AUTO-CUIDADO e de cuidado com o outro, o que envolve informações corretas e assertivas, além de muito respeito.

Provavelmente, mesmo com o retorno às aulas presenciais, o contato físico ainda demandará alguns cuidados. Além das informações de biossegurança, a escola pode estimular os alunos a criarem NOVAS FORMAS DE CONVIVÊNCIA (AFETO E COMUNICAÇÃO) que não envolvam o contato físico e nem a utilização compartilhada de objetos.

É preciso considerar que não há soluções prontas para lidar com os impactos da pandemia, e que as ações para sua superação demandarão tempo, cuidado e paciência. Cada escola possui um saber próprio sobre si, sobre sua realidade e sobre os sujeitos que fazem parte dela. É nesse saber que estão as ferramentas de autocuidado, de ESPÍRITO COMUNITÁRIO, de possibilidades para que todos se sintam ACOLHIDOS, o que, conseqüentemente, gera confiança e segurança no espaço escolar.

Algumas escolas desenvolveram atividades durante a suspensão das aulas presenciais para o trabalho em torno das competências socioemocionais, preconizadas de forma transversal na BNCC. No retorno às aulas presenciais, é fundamental que esse trabalho seja intensificado. Valorizar as habilidades de autogestão, o engajamento, a amabilidade, a resiliência emocional e a abertura ao novo é diretriz posta no currículo e, articulada ao respeito, ao tempo de cada um e à empatia pelas individualidades, pode auxiliar na convivência e produzir ressignificações a respeito deste momento. Portanto, se a comunidade escolar assim desejar, o grupo pode organizar variadas formas de expressão dos sentimentos acerca das situações que tiveram impacto emocional sobre alunos e profissionais da escola, e ainda atentar para a construção de uma rede socioafetiva voltada ao apoio a este público, visando minimizar os desdobramentos psicossociais causados pela pandemia.

Destaca-se também a importância da articulação dos gestores com os equipamentos de Saúde e de Assistência Social que atendem o território onde a escola está localizada, visando ao fortalecimento do trabalho em rede na proteção à criança e ao adolescente.

2.3.1 ESCUTA E ACOLHIMENTO PARA NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIAS (AUTOPROVOCADAS, SEXUAIS, FÍSICAS, PSICOLÓGICAS, ENTRE OUTRAS)

O relato de situações de violência contra crianças e adolescentes muitas vezes acontece no ambiente escolar, independente da situação ter ocorrido no âmbito familiar ou em outros. As violências podem, inclusive, ser autoprovocadas (autolesão, ideação suicida, tentativas de suicídio e suicídio consumado), sexuais, físicas ou psicológicas, bem como implicar negligência. Em todos esses casos, a escola deve oferecer às vítimas, escuta ativa e acolhimento adequado, bem como seguir o protocolo de notificação de violências disponível em <https://apoie.edu.es.gov.br/viol%C3%A2ncias/protocolo-de-notifica%C3%A7%C3%A3o-de-viol%C3%A2ncias>.

Em alguns casos, o distanciamento e o isolamento social podem agravar situações de violência que já aconteciam no ambiente familiar, ou provocar o início delas. De acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU), a interrupção da rotina na escola também aumenta a exposição das crianças e dos adolescentes ao risco de negligência e maus tratos (não alimentar, não apoiar as medidas de higiene etc.), bem como ao risco de abuso e violência dentro de casa. Sendo assim, é fundamental que os profissionais da escola estejam atentos a qualquer suspeita de violência, afinal, a escola faz parte da rede de proteção à criança e ao adolescente.

2.3.2 ESPECIFICIDADES ACERCA DO COMPORTAMENTO SUICIDA OU AUTOLESIVO

Observa-se, de forma geral, nas demandas recebidas pela equipe Apoie – Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar, a constante preocupação de alguns gestores escolares acerca da autolesão, da ideação suicida, das tentativas de suicídios e mesmo de casos de suicídio consumado por estudantes de suas unidades. Nem sempre os casos de autolesão estão relacionados à conduta suicida e é preciso cautela para não fazer imediatamente essa associação. De toda forma, ambos os assuntos merecem toda atenção da sociedade, e aqui, em específico, das instituições de educação, uma vez que são fenômenos complexos e multifatoriais que podem ter o aumento no seu número de casos durante, e principalmente após, uma situação de pandemia.

Em casos de profissionais ou estudantes com comportamentos ou relatos relacionados à autolesão e/ou ao desejo de morte, seguem orientações para a escuta, previstas na Cartilha Suicídio na Pandemia Covid-19, elaborada pela Fiocruz:

- não duvidar, desqualificar ou minimizar o relato de desejo de morte, se for o caso;
- acolher a pessoa e sua família, sem julgamentos e, em casos relacionados a suicídio, considerar o ato como um sinal de alerta, especialmente para evitar um novo episódio;
- ter escuta cuidadosa, respeitosa e séria, procurando sempre entender melhor o que ocorreu e como a pessoa se sente;
- evitar apontar culpados ou causas;

- em casos suspeitos ou confirmados de violência autoprovocada, realizar a notificação compulsória às autoridades sanitárias;
- avaliar a necessidade de outros encaminhamentos, como o acionamento da rede de proteção social, quando há suspeita de motivação intrafamiliar ou de violação de direitos;
- em relação à autolesão, é fundamental o questionamento ativo e cuidadoso do porquê dessa manifestação, o que se pretendia e o que, de fato, se conseguiu. Dessa forma, sem julgamentos, há mais chance de estabelecer uma conexão verdadeira e potente para redução de sofrimento emocional e dos riscos decorrentes;
- em caso de perigo imediato de comportamento suicida ou de automutilação, acionar o Samu pelo número 192 e/ou orientar os familiares, no caso da criança e do adolescente, os pais/responsáveis, a levarem para um atendimento de emergência em UPA, pronto socorro ou hospital.

Recomenda-se não deixar a pessoa envolvida sozinha e garantir que ela receba o atendimento em saúde em caráter de emergência.

Considerando a complexidade do tema, optamos por indicar a integralidade da leitura da Cartilha Suicídio na Pandemia Covid-19, elaborada pela Fiocruz, disponível em <https://apoie.edu.es.gov.br/em-tempos-de-pandemia>, que trata, exclusivamente, deste fenômeno, considerando o contexto da Covid-19. Reforçamos que é de extrema necessidade que a escola notifique esses casos, conforme protocolo já mencionado, e dialogue com a equipe Apoie, sempre que necessário, para a construção de abordagens adequadas para cada situação.

Existem diversos grupos de apoio e suporte espalhados em nosso país, além de psicólogos especializados. Busque por alguma iniciativa em sua região ou consulte o site www.posvencaodosuicidio.com.br. Se quiser conversar com alguém e obter suporte emocional, entre em contato com o Centro de Valorização da Vida (CVV) pelo número 188 ou pelo site: www.cvv.org.br. O mapa da saúde mental traz uma lista de locais de atendimento voluntário online e presencial em todo o país no www.mapasaudemental.com.br.

2.3.3 ASPECTOS DE CONVIVÊNCIA RELACIONADOS ÀS MEDIDAS DE BIOSSEGURANÇA

Neste momento, a comunicação da escola com a família deve estar ainda mais alinhada visando, além da permanência do vínculo do estudante com a escola, ao cumprimento das medidas de biossegurança. Todos devem se cuidar dentro e fora da escola. A boa comunicação com pais/responsáveis e alunos contribui também para o recebimento de notícias sobre possíveis infectados no ambiente familiar.



As orientações de convivência e acolhimento já descritas deverão ser observadas durante a continuidade das atividades após a retomada das aulas presenciais, inclusive no que diz respeito à clareza das informações, ao monitoramento do comportamento acerca das diretrizes de biossegurança e à prática da empatia e respeito, a fim de evitar situações de bullying e cyberbullying.

A escola deverá agir com muita cautela caso algum profissional ou estudante manifeste sintomas ou teste positivo para a Covid-19, observando as medidas definidas pelos órgãos de saúde e atentando para que a comunidade escolar não estigmatize ou culpabilize a pessoa infectada.

Maiores informações sobre como lidar com o bullying e cyberbullying sugerimos acesso a página: <https://apoie.edu.es.gov.br/bullying>.

2.3.5 CONTATOS IMPORTANTES

- APOIE-AE07/SEPLA/SEDU – Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar 3636-7723 – apoieapoie@edu.es.gov.br e <https://apoie.edu.es.gov.br>.
- Disque 100 – Vítimas ou testemunhas de violações de direitos de crianças e adolescentes, como violência física ou sexual, podem denunciar anonimamente pelo Disque 100.
- Disque 180 – Em casos de violência contra mulheres e meninas, seja violência psicológica, física ou sexual, causada por pais, irmãos, filhos ou qualquer pessoa. O serviço é gratuito e anônimo.
- Safernet Brasil – A rede recebe denúncias de cyberbullying e crimes realizados em ambiente online. Para denunciar, acesse new.safernet.org.br
- Centro de Valorização da Vida – O CVV trabalha com apoio emocional e prevenção do suicídio, e atende qualquer pessoa que precise conversar, anonimamente. Ligue 188 ou acesse cvv.org.br.



3. ASPECTOS ADMINISTRATIVOS E SANITÁRIOS

3.1 PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA O RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS

Visando planejar e estruturar o Plano de Retorno às aulas presenciais do ano letivo de 2020, a Sedu instituiu um Grupo de Trabalho constituído por entidades representativas:

- Associação dos diretores e ex-diretores das escolas da rede pública estadual de ensino do ES - Adires;
- Associação dos Municípios do Espírito Santo - Amunes;
- Conselho Estadual de Educação - CEE;
- Defensoria Pública do Espírito Santo;
- Fórum Estadual de Educação - FEE;
- Instituto Federal do Espírito Santo - IFES;
- Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo - Mepes;
- Ministério Público; Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB;
- Procuradoria Geral - PGE;
- Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional - Secti;
- Secretaria de Estado da Educação - Sedu;
- Secretaria de Estado da Saúde - Sesa;
- Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo - Sindipúblicos;
- Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo - Sindiupes;
- Sindicato das Empresas Particulares de Ensino do Estado do Espírito Santo- Sinepe;
- Sindicato dos Professores do Estado do Espírito Santo- Sinpro;
- Sistema S – Findes – SESI/SENAI;
- Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes;
- União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime

O objetivo foi de assegurar os protocolos necessários ao funcionamento das atividades presenciais de forma segura nas instituições de ensino do Espírito Santo, que atenda às recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) para evitar o contágio pela Covid-19.

Uma das realizações do GT foi a elaboração e a publicação da Portaria Conjunta Sedu/Sesa Nº 01-R, de 08 de agosto de 2020, que estabelece medidas administrativas e de segurança sanitária a serem tomadas pelos gestores das instituições de ensino no retorno às aulas presenciais, para fins de prevenção e controle da transmissão do novo Coronavírus.

A Portaria Conjunta estabelece que, as unidades de ensino somente poderão retornar às aulas presenciais, após a elaboração e implementação de um Plano Estratégico de Prevenção e Controle (PEPC) da transmissão do novo coronavírus.

Para o acompanhamento, avaliação e monitoramento da implementação e execução das ações do PEPC, as escolas deverão criar o Comitê Local de Prevenção, constituído por: um representante da diretoria da instituição; um ou mais representantes da coordenação da instituição; representantes do corpo docente; representantes dos estudantes, quando aplicável; e representantes de responsáveis legais pelos estudantes, no caso de estudantes menores de idade.

Além do Comitê Local de Prevenção, os PEPC serão monitorados e avaliados pelas SRE e pela Sedu e as orientações com os procedimentos e responsáveis serão estabelecidas em regulamentação própria.

3.2 SANITIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS ESCOLARES

As escolas públicas estaduais têm dimensões muito diversas, por isso, cada diretor poderá adaptar (com anuência da SRE) as orientações deste documento à realidade do seu espaço escolar, sem perder de vista os princípios de distanciamento, biossegurança e proteção da saúde, no que diz respeito a Covid-19 e as medidas administrativas e sanitárias instituídas por meio da Portaria Conjunta Sedu/Sesa N°1.

Todos os espaços que não sejam necessários ao bom funcionamento das atividades (depois de organizado todo o espaço, em virtude das regras de segurança e higiene a cumprir) devem permanecer fechados. Essa medida ajuda a diminuir o número de locais a serem higienizados e a empenhar os esforços de higienização nos espaços essenciais. Da mesma forma, as escolas devem buscar remover das salas, os acessórios não essenciais à prática das atividades pedagógicas, reforçando a limpeza e a desinfecção dos que lá permanecem.



No uso dos espaços escolares deve-se adotar as medidas administrativas e sanitárias com destaque para as seguintes recomendações:

o uso de máscara é obrigatório;

álcool em gel 70° deve estar disponível para o uso dos estudantes e profissionais;

qualquer compartilhamento de alimentos e objetos entre os estudantes (lanches, material escolar ou artigos pessoais, como garrafinhas, copos e talheres) é desaconselhado e deve ser evitado;

evitar que estudantes, professores e demais profissionais que atuam na escola consumam água diretamente na torneira do bebedouro, incentivando o uso de recipientes individuais (copos, garrafinhas, squeeze..) para essa finalidade;

evitar aglomerações nas idas ao banheiro e manter um agente permanente para realizar a higienização/desinfecção necessária, diminuindo a possibilidade de contágio entre os estudantes;

fixar placas e/ou cartazes que incentivem a prática de lavagem minuciosa das mãos (no mínimo 20 segundos), de etiqueta respiratória (cobrir a boca e o nariz com o cotovelo flexionado ou com um lenço ao tossir e espirrar) e de evitar tocar o rosto, os olhos, a boca e o nariz;

sinalizar comportamentos de risco monitorando o protocolo adotado e reforçando a sua necessidade;

em ambientes fechados, os equipamentos de ar condicionado, quando houver, devem permanecer desligados e as janelas deverão estar sempre abertas, livres de cortinas, para garantir a ampla circulação do ar.

Se possível, as escolas devem definir circuitos de circulação interna, permitindo uma melhor orientação espacial dos estudantes e dos docentes e, ao mesmo tempo, uma higienização mais eficaz do espaço e dos equipamentos.

Para utilização das salas de aula no retorno gradual às atividades escolares, será necessária uma preparação do espaço físico. A higienização do ambiente (protocolo), inclusive paredes, janelas, ventiladores, interruptores e maça-

netas, mobiliários, equipamentos e acervo, caso haja, seguindo as recomendações da Portaria Conjunta Sesa/Sedu em seu artigo 14.

Além das medidas estabelecidas na portaria, deve-se:

- orientar os estudantes a entrarem separadamente, durante o processo de chegada na sala de aula, mantendo pelo menos 1,5 metros de distanciamento em relação aos demais;
- elaborar o mapa de sala obedecendo a distância mínima e recomendada de 1,5 metros de distância entre os estudantes. Para isso, deve-se distribuir os estudantes, alternadamente, dentro das salas de aula e os alunos não devem trocar os lugares marcados;
- estimular os estudantes a adotarem comportamentos de atenção e cuidado uns com os outros, além de manterem a higiene pessoal, dos objetos de sua propriedade (mochilas, materiais escolares, celulares etc.) e do espaço ocupado por eles;
- supervisionar a circulação dentro das salas, a fim de evitar contatos físicos imprevistos;
- evitar a organização de eventos e trabalhos em grupo que possam comprometer o cumprimento das medidas de distanciamento social.

Além disso, sempre que possível, deve-se privilegiar que as atividades ocorram no exterior, espaços mais amplos e arejados (pátios, jardins), em regime rotativo dos grupos, considerando o distanciamento social recomendado, bem como as atividades que recorram a materiais mais facilmente higienizáveis, evitando aqueles que, pelas suas características, apresentam maior risco de contaminação.

Deve-se adequar o espaço físico do refeitório para que cada um mantenha-se a 1,5 m de distância do outro. Todos os estudantes devem realizar a higienização das mãos antes e depois de entrarem no refeitório. A ida ao refeitório deve ser escalonada, sempre que possível, para evitar a aglomeração de estudantes, ou, quando isso não for possível, considerar fazer as refeições na sala de aula.

Devem ser evitadas filas na entrega do lanche/almoço e os lugares no refeitório devem estar marcados, de forma a assegurar o máximo de distanciamento físico possível entre os estudantes. Deve ser evitado o compartilhamento de alimentos e objetos entre os estudantes (lanches ou artigos pessoais, como garrafinhas, copos e

talheres) e nos revezamentos entre os turnos, deve ser realizada a adequada limpeza e desinfecção das superfícies utilizadas.

Para garantir um ambiente seguro para as atividades letivas, após a utilização dos ambientes é necessário repetir o protocolo de higienização do ambiente, conforme previsto na Portaria Conjunta.

3.3 RETORNO DOS PROFESSORES ÀS ATIVIDADES ESCOLARES PRESENCIAIS

De acordo com as etapas de retorno às atividades escolares presenciais, previsto neste documento, o retorno dos professores acontecerá uma semana antes do retorno presencial dos estudantes, podendo acontecer antes disso, a partir de cronograma a ser estabelecido por esta Secretaria.

Em todo caso, a semana anterior ao reinício das aulas presenciais será dedicada ao acolhimento e planejamento coletivo dos professores nas unidades escolares, e após esse momento, gradativamente, e de acordo com o retorno das etapas e modalidades de ensino em que eles lecionam.

Enquanto aguarda o retorno da(s) etapa(s) que leciona, caberá ao professor continuar cumprindo sua jornada de trabalho por meio do Programa EscoLAR, acompanhando as APNP das turmas sob sua responsabilidade.

Nessa semana também, acontecerá a capacitação/orientação dos professores para execução das medidas de prevenção por meio de vídeos institucionais e apresentação e estudo deste documento e da Portaria Conjunta Sesa/Sedu.

3.4 PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO COM COMORBIDADE

O Decreto nº 4727-R, de 12 de setembro de 2020, que revogou o Decreto nº 4629—R, de 15 de abril de 2020, possibilita em caráter excepcional e temporário a realização de trabalho remoto aos servidores públicos estaduais dos grupos de risco, e a Portaria/SESA nº 050-R, de 27 de março de 2020, alterada pela Portaria/SESA nº 179-R, de 11 de setembro de 2020 estabelece as orientações a respeito da relação de doenças consideradas de risco.

O afastamento para trabalho remoto não é obrigatório. Deverá o servidor do grupo de risco manifestar formalmente interesse em realizar suas atividades de forma remota, via requerimento a ser encaminhado, preferencialmente, na forma de documento avulso pelo E-docs, ou, excepcionalmente, por e-mail, acompanhado do laudo médico conforme previsto na Portaria/SESA nº 050-R. Os modelos de formulários e os procedimentos já se encontram disponíveis no sistema E-docs e no Espaço RH do Portal do Servidor (<https://servidor.es.gov.br/processos-de-rh>). Os servidores com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos deverão apresentar laudo médico que o reconheça incluído no grupo de risco, quando da apresentação do requerimento.

Com relação às gestantes e lactantes, o afastamento para trabalho remoto também está condicionado aos critérios e à apresentação de laudo médico conforme previsto na Portaria/SESA nº 050-R.

Em casos imprescindíveis ao interesse público, a Chefia imediata poderá indeferir o requerimento do servidor que se encontra no grupo de risco e/ou localizados em setores prestadores de serviços públicos essenciais para realização do trabalho remoto, mediante justificativa expressa no formulário próprio do sistema E-docs e encaminhamento para a autoridade máxima do órgão ou entidade, para homologação.

Lembramos que nos termos do referido decreto, a realização do trabalho remoto está permitida exclusivamente aos servidores que se enquadram no grupo de risco. No caso de professores com comorbidade suas horas serão realizadas a partir do acompanhamento de APNPs para as turmas de sua responsabilidade, sendo a contratação de novos profissionais para substituí-los uma decisão que cabe à SEDU, segundo sua necessidade, conveniência e/ou disponibilidade orçamentária.





**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**
Secretaria da Educação



Atividades
Pedagógicas
Não Presenciais